



1 **Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação da**
2 **atividade de extração e beneficiamento de diabásio”, de responsabilidade da Basalto**
3 **Pedreira e Pavimentação Ltda – Unidade Jaguariúna, Processo IMPACTO 329/2013.**

4
5 Realizou-se no dia 10 de agosto de 2023, às 17 horas, no Teatro Municipal Dona Zenaide de
6 Jaguariúna, na Rua Alfredo Bueno, 1151 – Centro - Jaguariúna / SP, a Audiência Pública
7 sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente –
8 EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação da atividade de extração e beneficiamento**
9 **de diabásio**”, de responsabilidade da Basalto Pedreira e Pavimentação Ltda – Unidade
10 Jaguariúna, Processo IMPACTO 329/2013. Após a abertura dos trabalhos e saudação inicial
11 feita pelo Secretário-Executivo do CONSEMA, **Anselmo Guimarães**, este informou que
12 ainda compunha a mesa diretora dos trabalhos o representante do órgão responsável pelo
13 licenciamento, **Fabio Deodato**, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb.
14 Foi realizada a explanação das atribuições do CONSEMA e das normas sobre o
15 desenvolvimento da audiência, pelo **Secretário-Executivo** do CONSEMA, com os
16 esclarecimentos pelo representante da Cetesb, **Fabio Deodato**, sobre o processo objeto da
17 Audiência Pública, passando-se, a seguir, às exposições sobre o assunto em questão, com a
18 fala de **Fábio Antas Boaventura**, representante da Basalto Pedreira e Pavimentação Ltda
19 seguida pela de **Reginaldo Carlos “Regis” Silvestre**, da Consultoria Multiambiente, que
20 efetuaram a apresentação do projeto e do estudo técnico em discussão. Finalizadas as
21 exposições, passou-se ao momento destinado às falas dos oradores inscritos, fase na qual se
22 pronunciaram **Vanessa Rios Carneiro Tenan Oliveira**, representando a OAB – Ordem dos
23 Advogados do Brasil – Subseção Jaguariúna; os cidadãos e cidadãs **Rita de Cássia**
24 **Nascimento**, **Priscila Aguiar Rezende**, **Maria Abigail Nogueira Morais Reggialli**,
25 **Norberto Caldeira**, **Magaly Gonçalves Souza Scaff**, **José Luiz de Lima**, **Ana Beatriz**
26 **Ferrari**, **Francisca Ferrari**, **Gustavo Giacomelli Nunes**, **Melissa Machado Martins**,
27 **Fernanda Loebel Braidó**, **Gabriel Alves**, **Kênia Thaiany Silva dos Santos**, **Helena**
28 **Hermenegildo Barato**, **Pedro Botasso do Vale**, **Fernanda Dias Barros**, **Carla González**
29 **Galán**, **Gislaine Picatão**, **João Rodrigues dos Santos**, **Paulo Fraga Sibeira**, **Paulo**
30 **Roberto Mendes Moço**, e o **Prof. Marcus Avezum**; o Vereador **Afonso Lopes da Silva**
31 (antecipou a fala), o Vereador **Erivelton Marcos “Ton” Proêncio**, o Vereador **Walter Luiz**
32 **Tozzi de Camargo**, a Vice-Prefeita e Secretária do Meio Ambiente de Jaguariúna **Rita**
33 **Bergamasco**, e o Presidente da Câmara Municipal, o Vereador **Romilson Silva**. Encerrada
34 a participação dos integrantes do plenário, passou-se à etapa das respostas e comentários,
35 ocasião na qual se pronunciaram **Fabio Boaventura** e **Felipe Milioni** representantes da
36 Basalto Pedreira e Pavimentação Ltda, e **Regis Silvestre**, da Consultoria Multiambiente,
37 seguidos pelos comentários finais feitos por **Fabio Deodato**, representante da Cetesb. Após
38 constatar e informar que todas as etapas da Audiência haviam sido regularmente cumpridas,
39 o Secretário-Executivo **Anselmo Guimarães** agradeceu a presença de todos e declarou
40 encerrados os trabalhos. Anexo à presente ata, segue a transcrição integral das falas. Eu,
41 **Anselmo Guimarães de Oliveira**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a
42 presente ata.

**Transcrição da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento
“Ampliação da atividade de extração e beneficiamento de diabásio”**

Responsabilidade da Basalto Pedreira e Pavimentação Ltda

Jaguariúna – 10/08/2023

00:04:00 Anselmo Guimarães (Sec. Executivo CONSEMA): Boa tarde a todos e a todas. Sejam muito bem vindos e bem vindas. Meu nome é Anselmo Guimarães, sou secretário executivo do CONSEMA, Conselho Estadual do Meio Ambiente do estado de São Paulo. Em nome da secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, doutora Natalia Resende, saúdo a todos e a todas, desejo as boas vindas e declaro abertos os trabalhos da presente Audiência Pública. Estou aqui representando o CONSEMA, gostaria de convidar para nos acompanhar aqui na mesa diretora dos trabalhos o senhor Fábio Deodato, ele que representa hoje aqui a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Cetesb, e vai acompanhar os trabalhos junto à mesa diretora até os términos. Seja muito bem-vindo, Fábio, muito obrigado. Hoje, os trabalhos vão versar sobre a Audiência Pública referente ao Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente do empreendimento ampliação da atividade de extração e beneficiamento de diabásio, de responsabilidade da Basalto Pedreira e Pavimentação, unidade Jaguariúna. A mesa diretora, repetindo então, ela é composta pelo secretário executivo do CONSEMA, que estou aqui representando, o representante da Cetesb, e até dois conselheiros do CONSEMA que, porventura, estivessem aqui presentes na Audiência Pública. Gostaria, antes de mais nada, de falar um pouco sobre o CONSEMA. É o Conselho Estadual do Meio Ambiente, que está há 40 anos agora, celebrando nesse ano, desde 1983, e foi recepcionado pela Constituição do Estado de São Paulo, que o coloca dentre os órgãos como integrante, na verdade, do Sistema Ambiental Paulista. Então ele é o principal órgão consultivo, normativo e recursal da agenda de meio ambiente no estado de São Paulo. O CONSEMA possui como principais atribuições estabelecer normas relativas à proteção, avaliação, recuperação e qualidade do meio ambiente; também avaliação de políticas públicas ambientais de relevante interesse para a sociedade paulista; apreciar estudos de impacto ambiental; se manifestar a substituição de unidades de conservação, zoneamento, planos de manejo e também a condução de Audiências Públicas que versam sobre assuntos de interesse ambiental, na forma da lei. As Audiências Públicas, elas são regidas pela lei estadual 9.509, de 1997, que estabelece a Política Estadual do Meio Ambiente, também a lei estadual número 13.507, de 2009, que é a lei que rege o próprio funcionamento do CONSEMA, e o rito e as normas para a convocação e condução da Audiência Pública está estabelecida na deliberação normativa CONSEMA número 1, de 2011, a qual nós passaremos agora a apresentar para vocês. As Audiências Públicas possuem como definição e objetivo serem eventos abertos, públicos, onde são apresentados os aspectos ambientais do projeto ou da proposta a todos os envolvidos. Tem como objetivo dirimir dúvidas e também conhecer a opinião pública, recolhendo críticas e sugestões sobre processos de licenciamento ambiental, sujeitos a Eia Rima, criação ou alteração de unidades de conservação, zoneamentos ecológicos, econômicos e outras questões de interesse ambiental, sempre quando há previsão legal para tanto. O edital de convocação da Audiência Pública foi publicado no Diário Oficial do estado, e a divulgação do edital foi feita pelos representantes do empreendedor na mídia, tanto impressa quanto radiofônica, na região do local de influência do empreendimento. Eu, como secretário executivo do CONSEMA, tenho a

função regimental de conduzir os trabalhos de forma neutra e isenta e também garantir a fala de todos os interessados de modo democrático e organizado. Os registros dos trabalhos serão feitos em áudio e vídeo, além dos registros por escrito, onde vão conter data, hora e local e também o registro da fala dos participantes. Com relação ao desenvolvimento dos trabalhos, o CONSEMA definiu que eles se dividirão em três partes, então a primeira parte é a apresentação das propostas dos estudos, depois, na segunda parte, a manifestação dos interessados, e a terceira parte são as respostas e comentários daquilo que foi colocado aqui. As inscrições para o uso da palavra se encerram às 18:10, ou seja, 60 minutos a partir da presente abertura dos trabalhos. As falas terão lugar no intervalo de tempo e de acordo com o segmento de representatividade de cada um dos presentes aqui, e de acordo com a ordem de inscrição, sendo que cada representante aqui do plenário terá direito a uma manifestação. Então, na primeira parte tem lugar as apresentações do estudo. Então são reservados 15 minutos para os representantes do empreendedor para fazer uma apresentação sobre a proposta, sua localização e os aspectos gerais da proposta e do projeto. Na sequência, são 30 minutos reservados para os representantes da equipe consultora que elaborou o projeto, que elaborou o estudo técnico em questão. Então vão apresentar os aspectos ambientais da proposta nesse intervalo de 30 minutos. Na sequência, a segunda parte, que é a participação do plenário, que é a parte mais importante da Audiência Pública, que é o objetivo primordial da Audiência Pública, de ouvi-los, de captar, recolher tudo aquilo que for colocado de contribuição da sociedade neste momento. Então inicia-se com um representante do Ministério Público, por até cinco minutos. Na sequência, representantes de entidades da sociedade civil organizada, cada um por cinco minutos. Depois, as pessoas físicas que não estão aqui representando entidades, então elas terão três minutos cada uma. Na sequência, representantes de órgãos ou entidades públicas, representantes de conselhos municipais de meio ambiente, parlamentares e representantes do poder executivo, cada um desses por cinco minutos. A terceira parte são as respostas e comentários, então, novamente, nós convidaremos os representantes do empreendedor e também os representantes da equipe que fez o estudo técnico hora em debate, cada um terá 15 minutos para fazer as respostas e comentários daquilo que for já possível, que seja feito neste momento. Outras contribuições, a partir do término da Audiência Pública, podem ainda ser encaminhadas por escrito. Nós oferecemos o canal do CONSEMA nesse e-mail que está na tela, é: consema@sp.gov.br, ou seja, o e-mail consema@sp.gov.br. A gente solicita regimentalmente que sejam apresentados em cinco dias úteis para que a gente possa compilar com a documentação da Audiência Pública, encaminhar para o órgão responsável pela condução do licenciamento. Feitas então essas explanações iniciais das normas, que é parte integrante do rito da Audiência Pública, eu gostaria aqui de cumprimentar o Fábio Deodato, já passar a palavra para ele para fazer sua saudação inicial. Muito boa tarde, Fábio, muito obrigado pela presença novamente aqui conosco, por favor.

00:07:27 Fabio Deodato (CETESB): Obrigado, Anselmo. Boa tarde a todos. Meu nome é Fábio Deodato, eu sou do setor de licenciamento de empreendimentos industriais, agroindustriais e minerários da Cetesb, é onde o EIA Rima da Pedreira Basalto está sendo analisado. O Anselmo aqui já explicou muito bem os objetivos, a estrutura e o funcionamento da Audiência Pública. Então, só gostaria de ressaltar que a Audiência Pública é uma fase muito importante do processo de licenciamento ambiental para o meio de Eia Rima. Gostaria de ressaltar também que todas as informações geradas hoje nessa Audiência serão consideradas pela nossa equipe,

para concluir a análise do EIA, o que está sendo analisado, o objetivo do licenciamento e obtenção da licença prévia, então, o Eia Rima sendo aprovado, será emitido uma licença prévia. O licenciamento é composto por três fases, a licença prévia, licença de instalação e licença de operação. O objetivo desse licenciamento em si, do presente licenciamento, é a obtenção da licença prévia. O Eia Rima já tem um tempo que está em análise conosco lá, já pedimos algumas informações complementares sobre o Eia. Já fizemos duas vistorias no empreendimento, inclusive uma hoje, então com base nas informações que a gente obteve com a vistoria e com essa Audiência aqui a gente vai prosseguir com a análise do EIA, então somente ressaltando que a importância da realização dessa Audiência, e é importante também ver a participação, a plateia cheia aqui na participação da população, isso é bem importante, então, desejo uma boa Audiência para todos, e vamos lá.

00:09:30 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Fábio. Agora nós vamos passar a ter uma parte inicial da Audiência Pública, que são as exposições do empreendedor. Então convido aqui para fazer uso da palavra os representantes da mineradora Basalto, o senhor Fábio Antas Boaventura, convido ele para vir até o palco. Enquanto isso, eu gostaria de cumprimentar, agradecer a presença e também a hospitalidade aqui no município de Jaguariúna, queria cumprimentar o vereador Francisco Campos pela participação, muito obrigado pela presença, vereador. Também o vereador Erivelton Proencio, o Tom Proencio, aqui de Jaguariúna. Obrigado pela participação. Também a senhora Rita Bergamasco, vice-prefeita, e secretária municipal de meio ambiente aqui da prefeitura de Jaguariúna, muito obrigado. Cumprimento também as representantes da OAB aqui da sessão da 232ª, espero ter acertado, da sessão da OAB, e também os representantes, os alunos aqui da Unesp campus Rio Claro, sejam bem-vindos novamente a nossa Audiência Pública. Então vou passar aqui a palavra para o Fábio Boaventura, por favor. São 15 minutos para esse momento.

00:10:38 Fábio Boaventura (Basalto): Boa tarde, boa noite, pessoal, tudo bem? Meu nome é Fábio, sou engenheiro ambiental, sou engenheiro civil e em fevereiro agora completam 10 anos que eu trabalho na Basalto. Então, eu vim apresentar para vocês um pouquinho do empreendimento, quem é a Basalto, e também quem é a Basalto Jaguariúna. Então, a Basalto faz parte do grupo estrutural, e o grupo estrutural nasceu lá em 91, nasceu em 91, com uma Pedreira em Leme, então uma Pedreira que ainda está em atuação, e logo em seguida, a Basalto criou a construtora estrutural, que é um braço do grupo que compõem a parte de construção de rodovia e faz toda esse tipo de construção pesada. Hoje, a Basalto, a Pedreira, tem 20 unidades em todo o Brasil. São 12 Pedreiras no estado de São Paulo, em Leme, Jaguariúna, Americana, Campinas, Itapeverica da Serra, Buritama, Santa Isabel, Salto de Pirapora, Cravinhos e três na capital. Tem três no Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu, São Pedro da Aldeia e São Gonçalo, uma no Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger, uma em Goiás, que é no Catalão, uma em Ceará, quem Eusébio, é pertinho de Fortaleza, duas em Minas Gerais, Ipatinga e Alpercata. E além das Pedreiras, a Basalto também tem a usinagem de asfalto, então a gente faz usinagem de asfalto para condomínio, estradas, ruas, municípios e também aeroportos. Bom, o grupo estrutural, como ele tem diversas unidades no Brasil, ele tem uma equipada estrutura logística, uma boa estrutura logística, e isso então favorece com que a gente consiga atender grande parte do Brasil. E para garantir que a gente consiga atender o mercado consumidor com confiabilidade, com normas rigorosas, a gente tem, dentro da empresa, o selo de qualidade, que é ISO 9001. Isso vai confirmar o nosso compromisso com o mercado consumidor. Bom, um dos pilares que a Basalto tem, a mineradora, é a segurança. Então a missão da Basalto

é criar um lugar seguro e saudável para que a gente possa exercer as nossas atividades. E a gente acredita, então, que a segurança, o meio ambiente e a saúde ocupacional são sinônimos que a produção vai ter uma boa eficiência, que a gente sempre busca aquela melhoria contínua. Bom, então o histórico da Pedreira de Jaguariúna, da que a gente vai falar hoje, então, a Pedreira de Jaguariúna, antes de ser Basalto, ela começou lá na década de 60, a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, ela utilizava essa Pedreira, então os cafeicultores da região de Mogi Mirim, da região de Campinas, precisavam escoar essa produção. Para escoar essa produção, eles se reuniram e compuseram a Companhia Mogiana de Estrada Ferro, só que para você fazer uma ferrovia, um dos insumos básicos é a pedra, e a pedreira subsidiou essa companhia. Então, o que eu quero trazer é que a pedreira também foi um alicerce para a consolidação do município e depois, posteriormente, a Fepasa adquiriu lá em 1970, adquiriu a Companhia Mogiana e logo depois a prefeitura. Pois bem, lá em 93, a Basalto entrou na administração, então, em 1993, a Basalto começou a administrar a Pedreira e vem administrando desde lá. Agora, o ano passado, a Basalto começou uma parceria com a Extramix, é uma empresa que vai começar a administrar a Pedreira, que também tem ampla capacidade, ela tem outras unidades de mineração no estado de São Paulo. Bom, atualmente, a Basalto de Jaguariúna tem 90 colaboradores, sendo que 80% desses colaboradores são oriundos do município. A Basalto tem essa consciência de que a gente precisa empregar a mão-de-obra local, fomentar a economia do local, e também, claro, os empregos indiretos, são pessoas que vão fazer a manutenção de maquinário, pessoas que não trabalham no município, e também fazem essa parte de emprego indireto. Hoje a pedreira está licenciada? Hoje nós temos licença para lavrar, nós temos a licença do beneficiamento, que é para britar a rocha, então, a gente pode lavrar, pode beneficiar essa rocha. A gente pode fazer fábrica de tubo, também tem uma fábrica de asfalto e tem uma fábrica de concreto. Essas são as atividades que compõem o empreendimento da Basalto hoje. Eu vou tentar mostrar para vocês naquele slide ali, então, a área laranja é a área que a gente estudou, a gente estudou e propusemos o estudo aqui. E a área vermelha é a área de ampliação. A nossa equipe técnica também vai apresentar e vai ficar um pouquinho mais claro, eu só estou brevemente falando da ampliação, então nós vamos ampliar a pedreira, por aqui, mas o empreendimento todo ficaria mais ou menos assim. A gente propôs essa área. Bom, alguns projetos sociais que a Basalto fez ao longo do tempo com o município, eu trouxe um projeto que foi o Proac. Lá na época que a gente começou o projeto, em 2015, havia uma epidemia de dengue na cidade, que atingiu mais de mil municípios. Com essa demanda, a Basalto entendeu que era importante esse tema, então a gente criou o projeto Dengue, o Fim da Picada. É um projeto bem humorado que atendia as crianças da escola municipal, e que juntou o teatro, que eram apresentações de teatro, com paródias musicais, explicando o funcionamento da dengue, foram distribuídas cartilhas educativas para que essas crianças levassem para casa e plantassem uma sementinha naquela casa, explicasse o porquê da dengue, como se cria a dengue, então esse foi um projeto. O outro projeto muito importante foi o Educando para o Esporte. Então, a Basalto, junto com o município, ela patrocinou um projeto que dava aula de capoeira, kung fu e judô. Ele abrangia 120 crianças com vulnerabilidade social, aquelas crianças mais carentes, que têm um déficit familiar, que tem essa problemática, esse núcleo familiar que não é bem estruturado, atingiu essas pessoas. Então, a Basalto, como patrocinadora, ela deu os uniformes, deu kimono, faixa, tudo o que era material, a Basalto foi um patrocinador desse projeto, o projeto Educando para o Esporte. Aqui são algumas obras que a Basalto participou com o município, que foram a construção de dois viadutos, a pavimentação de vias públicas

e de conjuntos habitacionais, fornecimento de cascalho, brita para obras, estradas rurais e também alguns outros insumos que a prefeitura foi solicitando e a Basalto foi, em parceria, doando pedra, esse tipo de coisa. Bom, eu trouxe esse slide que, para quem é da mineração conhece bem, mas para quem não tem muita familiaridade, o que acontece? A gente acha que a mineração é muito distante, que a gente não usa a mineração, mas eu trouxe aqui a mineração na nossa casa, onde a gente usa a mineração. Então, a gente usa a mineração no tijolo, no bloco, lâmpada, azulejo, caixa d'água, esquadria, piso, calha, tudo vem da mineração. Mas a brita? A brita, o que a gente vai usar na brita? A brita é vamos fazer bloco, um bloco de concreto é feito de brita. A questão de fundações, a fundação da casa, o contrapiso, tudo isso é concreto, e o concreto vem da brita. Por isso da mineração ser tão importante, a mineração de agregado, de brita. A Basalto também tem muito foco na questão ambiental, então a gente mantém um viveiro de mudas lá na unidade de Leme, que é a unidade pioneira, que eu falei para vocês. Então, nós temos um viveiro de mudas frutíferas e não frutíferas, para que a gente possa fazer a compensação de alguma supressão de árvore que for necessária. Então tem alguma árvore que seja, tá precisando ser retirada? Nós pedimos a licença, a Cetesb vai dar o ok dela, e dizer que a gente tem que compensar. Então a gente vai tirar, vai compensar, e as mudas servem para isso, além do que a gente já fez a doação para escolas e municípios, também sempre que pedem, a gente faz essa doação de muda. Bom, a importância da mineração para o município, o fornecimento de brita para as obras, civil e regional, e a geração de emprego, indireto e direto no empreendimento. A responsabilidade socioambiental e a proximidade do local. A proximidade do local, da pedreira, faz com que, como a pedra ela não tem um valor agregado, a Pedra em si ela é barata, então se você coloca ela muito longe, para que ela chegue no centro consumidor, isso aumenta em torno de 30% o valor da pedra, o que vai encarecer também toda obra em si. A região metropolitana de Campinas, ela gera mais de 8% do PIB, então faz com que a região demande muita brita. A região está em franca expansão, entendeu? E além, claro, dos recolhimentos de impostos, que vai para o município, estadual e também federal. Mas assim, falando da região metropolitana de Jaguariúna, hoje, como eu disse para vocês, compõem mais ou menos 8% do PIB. Isso faz com que as indústrias, um parque industrial diversificado que existe aqui na região, e como que a gente vai poder escoar essa produção, se nós não tivermos rodovia, que hoje é o principal modal hoje, principal meio de escoar, é a rodovia. Se nós não tivermos uma rodovia adequada, como que a gente vai escoar? No começo da apresentação eu falei que os cafeicultores precisavam escoar a produção, o que eles fizeram? Eles se juntaram e fizeram a Mogiana, e a Mogiana precisava de pedra, veio a Pedreira. Hoje, para a gente dar continuidade nessa necessidade de expansão da região, é necessário manter um empreendimento desse porte. O empreendimento que está aqui há mais de 60 anos, é um empreendimento que conversa com o município, que é aberto ao diálogo, então, eu quis trazer essa importância de mantermos esse empreendimento. Então, a demanda de agregado, ela reflete o nível da atividade econômica da região. O quanto essa região precisa de agregado para construir creche, para construir escola, para fazer ampliação de rodovia? Quem vem para Jaguariúna vê que está fazendo rodovia nas alças. Essas obras de melhorias e ampliações precisam de brita. Essa brita precisa sair de algum lugar. Hoje nós já estamos lá conversando com o município. O município vai crescer, isso é inevitável. Todo mundo vê Jaguariúna como um centro ótimo para morar. As pessoas saem de São Paulo para vir morar aqui, porque aqui é gostoso, é bonito, vai crescer, vai precisar de creche, vai precisar de escola, vai precisar de hospital e vai precisar construir. Como que vai construir? Vindo a pedra de algum lugar. Para finalizar,

eu trouxe um gráfico que é sobre a demanda de brita desde o começo do século. Então, lá em 2000, a gente tinha uma demanda de brita, e essa demanda foi crescendo até mais ou menos 2013. De 2013 o Brasil teve problemas políticos e essa demanda diminuiu drasticamente, ela diminuiu muito. Então, de 2013 para cá, de 2013 até 2017, ela diminuiu muito, e de 2018 ela começou a crescer de novo, e ela vem crescendo bem. Se vocês podem ver aqui, eu não estou com o número certo, é 600 e alguma coisa, milhões de toneladas que foi previsto para 2023. O pico que a gente chegou em 2013 é 700 milhões de toneladas. O que é importante nesse gráfico? É importante ver que a gente tem uma demanda reprimida, a gente vai crescer. A previsão da construção civil é se manter em crescimento, e isso vai alimentar o setor, vai alimentar o município, vai gerar emprego, vai gerar qualidade de vida para todo mundo. O imposto que pode ser revertido, e a pedreira está aberta ao município, está aberta para a conversa, para a melhoria, que é sempre possível, a melhoria contínua que a Basalto busca. E aí, sei que muitos daqui estão perguntando, tá, mas isso é viável? Isso é possível? Então, eu me encerro aqui, e vou trazer a nossa equipe técnica, que vai falar um pouquinho da viabilidade. A gente fez um Eia Rima, o Eia Rima é o estudo ambiental mais robusto que existe, em grandes empreendimentos são feitos esses estudos. É analisada a percepção social, é analisada fauna, flora, os bichos, as árvores. É analisado tudo isso, então eu vim aqui tentar explicar um pouquinho da necessidade, da importância do empreendimento para o município e para a região toda. Eu agradeço, o meu contato está aqui e eu fico à vontade para perguntas, e no final, para responder qualquer pergunta que surgir com vocês, tá bom? Muito obrigado, gente.

00:24:53 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Fábio Boaventura, pela exposição inicial, muito obrigado pela participação, ele que aqui está representando a mineradora Basalto. Convido agora, então, para a exposição dos representantes da equipe que efetuou o estudo técnico. Então, a equipe de consultoria Multiambiente, aqui representada pelo senhor Reginaldo Carlos Silvestre. Muito bem-vindo, Reginaldo, novamente, à Audiência Pública do CONSEMA, por favor, a palavra é sua. São 30 minutos, obrigado.

00:25:28 Reginaldo Carlos Silvestre (Multiambiente): Boa noite a todos. Pode me chamar de Régis. Eu sou geólogo, geógrafo, trabalho há mais de 15 anos na empresa de consultoria, na MGA Multiambiente, e represento aqui hoje a equipe técnica que elaborou o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental para a regularização e ampliação da área de lavra da empresa Basalto - Pedreira e Pavimentação, de Pedreira localizada aqui no município de Jaguariúna. Como Fábio já falou, atualmente a Pedreira é arrendada pela empresa Extramix Concreto. O EIA, é um estudo realizado por levantamentos técnicos sobre os impactos ambientais relacionados ao projeto. Foi realizado por uma equipe técnica de 37 profissionais das áreas do meio físico, meio biótico e meio antrópico. Meio antrópico é relacionado a questões socioeconômicas. Já o Rima, ele é um documento que utiliza uma linguagem de maior compreensão da população e uma abordagem resumida, com a apresentação dos resultados dos estudos, então, esse material ficou disponível na internet e aqui na casa em frente à apresentação para a consulta. A Pedreira, ela iniciou então os trabalhos há décadas, como o Fábio já comentou. A Basalto assumiu as operações em 93, e até o momento vem sendo realizadas atividades na área com as devidas licenças ambientais. Em 2014, teve início esse processo de licenciamento ambiental. Conforme a emissão pela Cetesb, de um Termo de Compromisso, um Termo de Referência, que ele mostrava quais eram os estudos que seriam necessários para esse projeto. Vejam, são quase uma década que a empresa vem investindo em pesquisa, em estudos para

o licenciamento visando a manutenção da Pedreira, das atividades nesse local, e de uma forma sustentável. Em 2015 foram obtidos documentos municipais, os primeiros documentos municipais para dar andamento ao processo. Após a realização de todos os estudos que foram feitos em campo, em escritório, foi apresentado em 2016 o Eia Rima à Cetesb. Em 2017 foram aprovadas adequações no processo minerário conforme a área que foi reduzida para o EIA Rima, conforme orientações, exigências da Cetesb. E emitida a manifestação favorável ao licenciamento pelo Iphan, tendo em vista que não foram encontrados nenhum vestígio arqueológico na área, e essa é uma etapa necessária. Em 2018 foi emitida a manifestação favorável do Comitê de Bacias Hidrográficas, com direcionamentos para o estudo ambiental, com as exigências, com o que eles acharam que era necessário, assim como foi obtido uma outorga para uso de água de poço, foi também uma exigência no processo. Em 2020 a Fundação Florestal, consultada pela área a se localizar na APA, ela emitiu um parecer para a continuidade do licenciamento, sendo favorável, com algumas considerações e algumas exigências para o processo. Em 2020, 2021 e 22 o processo, ele continuou em análise, a gente teve a questão da pandemia, essa Audiência Pública era para ter sido realizada anteriormente e acabou isso sendo atrasado, e chegamos agora em 2023, onde a gente teve uma nova vitória hoje na área e a gente está realizando essa Audiência Pública. Então, nós falaremos sobre a atividade de mineração, que é uma indústria primária de extração e beneficiamento mineral, mais especificamente no caso desse estudo, de extração de rocha para a produção de brita para a construção civil. Quando utilizamos o termo Pedreira, simplesmente a gente está falando que é um nome popular para um local onde a gente extrai rocha ou pedra. A foto mostra a exposição de rocha, atualmente, na pedreira de Jaguariúna. Então, que material é extraído? A rocha que é extraída é chamada de diabásio, conforme mostrado nas fotos, que é um tipo de rocha vulcânica, de cor cinza, e aqui tem uma alta resistência. A rocha é fragmentada até atingir diversos tamanhos de brita para uso em diferentes obras da construção civil, então cada tamanho para um determinado tipo de obra, como vocês vêem na imagem que está na apresentação. E alguns usos dessa rocha britada, conforme o tamanho dos fragmentos, podem ser na construção de estradas, laços de ferrovias, pontes ou até para a construção das nossas casas, para o concreto. Então agora vamos mostrar onde fica a área. A área se localiza aqui no município de Jaguariúna, a leste da área urbanizada, cujo acesso se dá pela rodovia SP 340, depois pela SP 95, e a gente tem uma Estrada da Pedreira, que você acessa o local. Vamos falar agora do objeto do licenciamento em si. Então, primeiro, é importante falar que a empresa já está licenciada, operando no local, sendo que o material que a gente tem, já licenciado em termos de rocha, ele está terminando, a gente tem uma vida útil reduzida. E o principal objetivo do licenciamento é a manutenção das atividades do empreendimento conforme as reservas calculadas e os estudos para ver a viabilidade, a gente conseguiria se manter por mais 25 anos no local. A ampliação objetivada, ela é de uma área de 8.8 hectares, que abrange um trecho contíguo à pedreira, e esse projeto também pensa no melhor aproveitamento da cava, fazendo um aprofundamento. Então, a gente tem reservas aprovadas pela Agência Nacional de Mineração, que a gente fala ANM, de 6.4 milhões de toneladas para esse trecho. Então ressalto que a ideia é fazer o melhor aproveitamento da rocha no local, que já está em operação. Não vamos ter aumento de produção e serão utilizados equipamentos, edificações, estruturas que a gente já tem lá no local que já estão licenciadas. Para essa ampliação dessa área de 8.8 hectares, é necessária uma supressão de vegetação, em uma parte dela, e a gente tem uma área ao lado da Pedreira, que teve uma supressão no passado e que a Cetesb pediu que houvesse uma compensação.

Então, a gente, nesse projeto, tanto propõe a supressão para ter a extração, como as devidas compensações ambientais. Os estudos foram realizados em propriedade da empresa e de terceiros, sendo que após a análise sobre a viabilidade ambiental do projeto junto à Cetesb, nessa fase, que a gente está falando de licença prévia, serão feitas as devidas formalizações, negociações. O empreendimento possui licenciados atualmente a área de extração, que é aqui onde você tem a cava, você tem os equipamentos de beneficiamento já licenciados, e lá também, como o Fábio comentou, você tem usina de concreto, de solo, asfalto e uma fábrica de blocos, então são todas as atividades licenciadas. A empresa, para estar operando, inclusive, já realiza todas as medidas mitigadoras, vou citar algumas, por exemplo, correto direcionamento dos resíduos, o tratamento dos efluentes sanitários, dos efluentes para as áreas de lavagem, como a correta destinação, por exemplo, a questão do óleo com Encadre, que é um certificado emitido pela Cetesb para essa destinação para uma área que é regular, além de fazer a manutenção dos equipamentos e outras medidas que eu vou falar ao longo da apresentação. Essas fotos são para exemplificar as atividades não licenciadas. Então, em cima a gente mostra a cava em operação onde é extraída a rocha. Abaixo, a gente mostra o material depois de ser desmontado, sendo carregado. Depois a gente mostra, aqui é uma área onde os caminhões vêm com material para pesar, para ir levar para as obras. E um exemplo da usina que a gente tem lá no empreendimento. A empresa possui três processos minerários, com concessões de lavra, da Agência Nacional de Mineração, sendo obtidas todas anteriormente a 2014 para reservas existentes no subsolo. Então eu estou falando essa informação, porque essa atividade é permitida no local conforme a lei complementar de 2015, aqui do município, ou seja, é um uso consolidado. Agora eu vou falar para vocês um pouquinho como funcionam as atividades lá da pedreira. Então elas se iniciam com a retirada do solo para o decapeamento, e esse material é transportado para outras áreas na pedreira. Depois, é realizada a perfuração, tem um equipamento que faz os furos na rocha. Depois uma empresa terceirizada e especializada carrega esses furos com explosivos na data da realização da detonação, então onde não tem mais armazenamento de explosivos em pedreira, é feito isso na data. E é realizado o desmonte com todos os procedimentos exigidos e com o monitoramento do que está sendo feito, conforme exigido também pela Cetesb. Então, o material é, depois de desmontado, carregado em caminhões e levado para a área de beneficiamento. Então, o beneficiamento, o objetivo dele é diminuir o tamanho dos fragmentos da rocha. Então utilizam-se britadores, primários, secundários, terciários, aí você vai diminuindo o tamanho da rocha para ter aqueles diferentes usos, então, no final, você vai ter uma pilha de brita um, pilha de brita dois, pedrisco ou pó de pedra, e aí vai para cada obra. Então, a gente falar sobre a área que já está licenciada e um pouquinho de onde é a área de ampliação objetivada no EIA, a gente vai falar agora sobre os estudos realizados para o diagnóstico ambiental. O diagnóstico ambiental, ele é realizado a partir da coleta de dados de campo e obtenção de dados secundários, também de biografia, estudos, teses, mapas, bases oficiais, tanto por meio físico, para o meio biótico e para o socioeconômico. Para esses estudos, são definidas áreas de influência. Então, quando a gente estiver falando aqui na apresentação de Área Diretamente Afetada, a gente usa a sigla ADA, que é o local onde a gente está objetivando o licenciamento. A gente estuda também um trecho delimitado chamado de Área de Influência Direta, a gente chama de AID, que é um local que pode ter influência por estar mais próximo da Pedreira, e também a gente define a Área de Influência Indireta - All, que pode, de alguma forma, ter algum impacto também, mesmo sendo uma área um pouquinho mais distante, de acordo com os meios estudados. Então, para os

estudos do meio físico, por exemplo, meio físico e biótico, foi definida a All levando-se em conta os limites da sub bacias hidrográficas dos rios Camanducaia e Jaguari, além da vegetação existente no entorno, dos maciços vegetais. Para AID, para a área mais próxima a pedreira, foi definido um raio de três quilômetros a partir da área da pedreira. Para os estudos socioeconômicos foi definida a All com base no próprio limite do município de Jaguariúna, já a área mais próxima foi definida, considerando-se os setores censitários do IBGE, que, consideraram, além de um raio, as principais características daqueles trechos que são agrupados pelo IBGE em alguns levantamentos, e a gente considerou isso nos estudos. Desde a concepção do projeto, vamos falar, esse processo minerário começou em 1987, para vocês verem como demora, até ter uma viabilidade do setor minerário, do órgão gestor da mineração, até chegar na fase do licenciamento ambiental, que a gente também já está há quase 10 anos, então é uma coisa demorada, mas o objetivo desse slide é mostrar para vocês que quando a gente faz esses estudos a gente pensa em todas as questões. Então, foram realizados estudos que partiram de uma alternativa de área, alternativa um, lá do slide, que tinha inicialmente uma área de 32 hectares, então, por uma questão de reserva, qualidade no material, restrições técnicas, locacionais e ambientais, a área foi sendo reduzida, até que foi apresentado no EIA Rima como uma área de maior viabilidade ambiental, técnica, vocacional, com 10,5 hectares. Após essa análise, após uma análise inicial da Cetesb, e por uma questão de outros estudos de loteamentos que estão sendo feitos no município, e a Cetesb participa também desse licenciamento, foi pedido uma redução dessa área também. Então, de 10 e 56, a área foi reduzida para 8 e 87 hectares para você ter uma distância mínima de 300 metros de loteamentos, foi uma exigência da Cetesb e depois foram feitos estudos específicos, para isso eu vou falar um pouquinho mais para frente. Para o diagnóstico ambiental foram realizadas diversas atividades para os meios estudados, meio físico, biótico e antrópico. Seria importante detalhar, destacar que essas informações foram detalhadas para o meio e seu entorno, e cada profissional, então, tinha algumas atribuições de estudos, de diagnóstico, por exemplo, da flora, da fauna, dos recursos hídricos. Então aqui estão listadas algumas dessas atividades. Então vamos abordar agora alguns resultados sobre o diagnóstico do meio físico. Então, primeiramente, a gente apresenta uma foto em cima com uma vista da pedreira, a partir do entorno dela. E também, em baixo, a gente mostra fotos, como a gente fez por drone, mostrando o local da pedreira e o que a gente tem no entorno, a gente tem algumas áreas de vegetação, a gente tem áreas urbanizadas. Uma característica geológica singular, é que a pedreira foi instalada para a extração da rocha diabásio, que eu falei que é uma rocha vulcânica, e foi um escape que ocorreu há alguns milhões de anos, que aqui nesse mapa ela representa essa cor verde, mais especificamente, olhando em perfil, a gente tem aqui onde está instalada a pedreira e aqui, praticamente, o trecho de ampliação vem até mais um pouquinho para cá. Então, o que eu quero dizer com esse slide, é que essa rocha ela não tem em todos os lugares e por isso que a pedreira se implantou nesse local, lá atrás. A área do EIA, ela se localiza na unidade de gerenciamento dos recursos hídricos número cinco, que a gente denomina de Piracicaba, Capivari, Jundiáí, mais especificamente aqui nessa área em vermelho, que é a sub bacia do Rio Jaguari, e próximo do limite da sub bacia do Camanducaia, que essa em azul em cima. Olhando na área em si, então, pela imagem de satélite, a gente pode observar que a gente não tem cursos d'água superficiais, destacando-se então, que a área de ampliação ela não possui drenagem. Também mostramos nessa imagem alguns pontos de monitoramento da qualidade das águas que já são feitas, então, a gente tem os pontos que a gente chama de AS ali, então a gente faz a amostragem da água a montante e

a jusante do empreendimento para ver a qualidade dela e também pela sigla aqui PM, que a gente tem alguns poços de monitoramento para verificar a qualidade da água. Então isso é feito periodicamente, e esses laudos são apresentados nos processos da Cetesb. Para o Eia Rima foram feitos também estudos complementares. Aqui é um exemplo, as fotos de como são feitas essas amostragens de água superficial, e de água subterrânea, que depois envia para o laboratório acreditado, para fazer as análises laboratoriais. Ao lado da pedreira há uma propriedade onde foram dispostos resíduos sólidos no passado pela prefeitura de Jaguariúna. Essa área, essa imagem ela mostra o trecho em 2004, onde estava sendo disposto esse material, e essa imagem de baixo mostra, na atualidade, que essa área ela já foi totalmente recuperada pela prefeitura e ela foi adquirida pela Basalto que continua realizando o monitoramento exigido pela Cetesb para o trecho. Os trabalhos, eles vêm sendo desenvolvidos na pedreira de forma a prevenir os processos erosivos ou instabilidade da rocha. Então a gente tem a foto da esquerda que mostra que onde a gente teria solo, a gente tem vegetação para quando chover, não ter problema de ter movimentação da terra, e a foto da direita mostra os taludes estáveis, que a gente tem o trabalho para a formação de bancadas, como se fossem degraus, para que a gente tenha a estabilidade. Durante todas as atividades da pedreira, hoje a gente faz um acompanhamento da emissão de ruídos e vibração, hoje os pontos de medição a gente mostra aqui nessa imagem. Mais especificamente também para o EIA, além desse monitoramento contínuo que é realizado, até a própria Cetesb faz medições e etc, para o Eia foi realizado um estudo específico de propagação sísmica, visto que a gente tem áreas de loteamentos no entorno, da área objeto de licenciamento. Então, esses resultados, eles chegam a equações, onde se prevê com a área de ampliação e com a área atual tudo que pode acontecer e o que tem que ser feito durante os trabalhos para que não ocorra nenhum valor. Existem normas da Cetesb, a ABNT, que dão parâmetros específicos para a vibração e ruído, então todos os laudos foram apresentados para a Cetesb, a gente apresenta conformidade, e esse estudo apresentou exatamente os parâmetros que têm que ser seguidos para que isso se mantenha. Os resultados das medições de ruídos no EIA, pensando-se no entorno, a gente tem valores de decibéis inferiores a 50 decibéis, e dentro do empreendimento, claro que esse valor é um pouquinho maior, e onde os colaboradores usam os EPIs necessários. Com relação às vibrações, então, é importante, além de falar do monitoramento, dos estudos necessários para se prever essas equações e limites, a empresa hoje usa uma tecnologia mais moderna, que é chamada de linha silenciosa. Basicamente, ela tem retardo no desmonte milímetro de segundos, e isso faz com que a gente tenha menos ruídos e vibrações, então, é uma das tecnologias mais atuais para esse tipo de prevenção, de emissão de ruídos e vibrações. Agora falando um pouquinho da questão de material particulado, então também foram realizados para o EIA medições, existe um equipamento chamado revolt (00:48:22), que você deixa e ele vai captando o ar, e depois você tem um volume, e tem uma norma também para essa quantidade, então a gente também está dentro, abaixo dos limites. Fora isso, a gente também tem ações mitigadoras, constantemente tem a umectação das vias, nos equipamentos a gente tem os aspersores de água, dentre outras ações que são realizadas para esse item especificamente. Então, a partir de agora, a gente vai falar um pouquinho dos resultados obtidos no estudo do meio socioeconômico. Então, com base em estudos no movimento diário de veículos, verificou-se que os principais locais onde tem transporte de brita, na saída da pedreira, a gente tem aproximadamente 320 a 920 unidades de carro de passeio por hora. A capacidade do viário aqui é de 1800 unidades. Então, considerando também que a gente não vai ter aumento da produção da pedreira, vai se manter isso como está, a

gente só tem uma ampliação de área, não de produção. Então a gente não tem um impacto no viário, a gente está bem abaixo do limite. E esse gráfico ele mostra que, dos levantamentos feitos, que são feitas gravações e tudo mais, por tempo, nos horários de pico, então 72% são veículos de passeio e caminhões representam 12% do total dessa movimentação. Foi realizada uma pesquisa com a população do entorno da pedreira, cujas fotos a gente mostra, no Eia a gente apresenta as listas de quem foram os entrevistados, mapa dos locais, os dados, todos esses resultados. Aqui a gente vai apresentar alguns para vocês terem uma noção, então, uma primeira etapa foram entrevistados 80 moradores em um raio de um quilômetro direto da pedreira. Destes moradores, 91% conheciam a pedreira, 86% reconhecem a influência da pedreira na sua rotina, 74% indicaram uma influência da pedreira, por exemplo, como ruído, vibração ou poeira. E, de todo modo, 56% consideram o empreendimento importante ou muito importante para a cidade. Numa segunda visita, foram feitas mais 42 entrevistas, onde 79% respondeu sobre a importância da pedreira, assim como o nível de aceitação da pedreira e as suas operações é de 67%. As pessoas contrárias indicaram questões de vibração, ruído, desmatamento, poeira e proximidade a área urbana, como fatores para não serem favoráveis, além de que os impactos, por mais que elas considerem esses impactos, elas, muitas vezes não tinham certeza se seria só da pedreira, se poderia também ser de outras atividades. Então a gente vai falar agora um pouquinho sobre os resultados dos levantamentos para o diagnóstico do meio biótico. Então, a gente pode observar por essas fotos alguns procedimentos que foram utilizados para os levantamentos de campo da flora, como a coleta de material botânico para identificação da espécie, cadastramento de árvores e o levantamento fitossociológicos que ele detalha áreas específicas do maciço vegetal que a gente tem para se ter, por exemplo, em 200 m² todas as espécies existentes, qual é o tamanho dela, qual o desenvolvimento, estágio, então, foram feitas, delimitadas várias áreas desse tipo no entorno do empreendimento. Nos levantamentos de fauna, a gente utiliza armadilhas fotográficas, que são instaladas, ficam dia e noite, e tiram fotos automáticas, além de colocar iscas com alimentos para os animais e fazer registros de pegadas. E também tem buscas em locais específicos, como lagoas, para buscar anfíbios e répteis. Então, como resultado para a questão da flora, a gente tem nessa imagem da área objetivada para ampliação esse trecho em verde, que é uma vegetação em estágio médio, com 4.67 hectares, com 35 espécies de árvores. A gente tem essa outra cor em verde acima, que são árvores exóticas, e a gente tem 24 árvores nativas nesse meio, então tudo isso é considerado para compensação ambiental. Fora isso, a gente já tem outras áreas que já são ocupadas pela pedreira, e aí é uma questão de melhor aproveitamento da cava, então isso acaba entrando no licenciamento conforme o planejamento dos profissionais. Como resultados dos levantamentos da fauna, a gente tem oito espécies de mamíferos na AID, depois eu vou mostrar o mapa onde foram encontrados, e um na ADA, 110 espécies de aves, 36 espécies de aves na ADA, sendo uma espécie que ela é considerada vulnerável para listas, que é aquela Arara Canindé, que a gente conhece, e uma espécie quase ameaçada, que é o papagaio verdadeiro, que também ocorre aqui na região. Também foram verificadas nove espécies de anfíbios e répteis. Aqui a gente mostra algumas fotos, por exemplo, o sagui de tufo preto, o cachorro do mato, que foi pego na câmera *trapp*, ouriço, calango, a Arara Canindé e os pássaros da região. Aqui a gente tem a imagem que a gente consegue observar, que esse estudo é mais amplo, então ele acaba trazendo resultados da fauna existente na região como um todo. Então a gente tem, por exemplo, em todos os maciços vegetais, esses estudos, são feitos estudos específicos para a mastofauna, para os mamíferos, para avifauna e para anfíbios e répteis, herpetofauna. A pedreira

se localiza na APA Piracicaba-Juqueri Mirim. Então, o projeto ele foi analisado pela sua gestora, a Fundação Florestal, então vejam, a gente protocolou o Eia Rima em 2016, o parecer da Fundação Florestal saiu em 2020, tiveram várias reuniões, como ainda está sendo feito o plano de manejo, então tudo isso foi considerado até eles emitirem o parecer. Além disso, a área dista 3,5 quilômetros da APA de Campinas, aqui para sul, e a noroeste a gente tem uma reserva particular de patrimônio natural, chamada Estância Jatobá, para posicionar vocês. Então a gente mostra agora, esse é um resumo, por conta do tempo da apresentação, mas ele mostra um resumo dos impactos ambientais com base em todos os estudos de todos os profissionais. Então a gente define quais são os impactos, qual que é o grau de significância dele, de cada um deles, se é baixo, se é médio, alto, quais são as medidas mitigadoras que tem que ser propostas para cada um, que são feitas no EIA, quais são as medidas compensatórias, e isso tudo é listado e apresentado com mais detalhe no EIA. E, com base nisso, então seria definido os programas. Então, por exemplo, por meio físico, foram definidos programas específicos de monitoramento e gestão dos recursos hídricos e da qualidade das águas. Então, além dos pontos que já são feitos no monitoramento tem uma complementação por conta do EIA. Tem um programa de monitoramento geotécnico que ele diz respeito à estabilidade do terreno para a verificação disso constantemente. Programa de monitoramento da qualidade do ar, dos ruídos e vibração. Então são programas propostos constantes. Para a questão do meio socioeconômico, então, são propostos programas de comunicação social, educação ambiental e de gestão do patrimônio cultural, porque pode acontecer de se encontrar algum vestígio arqueológico, isso tem que ter um estudo, o Iphan já se manifestou que não há, mas a gente tem que manter sempre um programa desse tipo, caso haja algum achado. E para a questão do meio abiótico, também foram propostos os programas, que a gente chama de supressão, porque quando você faz autorizado você tem que ter um acompanhamento, um programa de enriquecimento e compensação florestal, que eu vou detalhar qual é a compensação necessária, além de um programa e resgate de monitoramento da fauna, quando é feito esse trabalho tem que ter um acompanhamento de profissionais, caso seja verificada fauna no local. É importante mostrar que para a supressão e regularização do empreendimento é proposta uma área de compensação de 23.81 hectares, uma parte na própria propriedade e outra parte dentro da APA, aqui numa propriedade denominada Capim Fino. Pensando na configuração final do empreendimento, a gente falou de uma vida útil de 25 anos, então, ao término disso a gente vai ter uma área com uma vegetação, taludes com uma estabilidade, formação de uma lagoa por conta do acúmulo de água de chuva, e as áreas em verde mais clarinho graminha. E isso dito, é uma forma mais lúdica, mais que se pensa depois que termina uma atividade, é o que pode ser feito com a área. Então, como alternativa de uso futuro, a área poderia ser utilizada, por exemplo, para um reservatório de água, então caberia, por exemplo, 3,5 milhões de metros cúbicos de água, poderia ser utilizado, essa área poderia ter um aterro de inertes, poderia ter algum tipo de uso imobiliário ou a gente poderia ter algum parque, como exemplos, que eu estou mostrando aqui dois exemplos de parques, um no Espírito Santo e outro em Ribeirão Preto, em São Paulo, isso pode ou não trazer uma valorização imobiliária, por exemplo, também no caso de Ribeirão Preto, foi o que aconteceu. As considerações finais, então acho que é importante falar que o projeto foi resumido para apresentação, e que o objetivo é a manutenção das atividades fornecendo a brita para a construção civil, mantendo os empregos, a geração de receita, mantendo as atividades no município de uma área que já está em atividade ao invés de a gente tratar da abertura de um novo local, a gente fazer o melhor aproveitamento de uma área que já está em

operação e que isso possa ser feito de uma forma sustentável. Os resultados do Eia indicam uma viabilidade, isso posicionando que a gente siga as medidas mitigadoras, de controle compensatórias e seja acompanhado pelos órgãos, como acontece. A gente já falou um pouquinho sobre outros usos, que podem ser definidos para a área, mas isso tem que ser compartilhado quando for o momento entre proprietário, empresa, a sociedade, órgão ambiental, para essa definição, e tem que ter um novo licenciamento para essa atividade. A pedreira existe, então, há muitas décadas, então ela acompanhou o crescimento da cidade. Ela coexiste com a cidade há muitos anos e vem desenvolvendo o seu trabalho com as medidas de controle, com as licenças, e pretende continuar as suas atividades com essa área de ampliação, com as ações que já são feitas e outras propostas. Então com isso, eu encerro a apresentação, me coloco à disposição também para tirar alguma dúvida, tá? Obrigado, gente.

01:01:20 Anselmo Guimarães: Obrigado, Regis Silvestre pela participação, aqui pela Multiambiente, muito obrigado pela participação. Enquanto a gente prepara, então, a tribuna, gostaria só de cumprimentar aqui as autoridades, o vice-presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, vereador José Muniz, obrigado pela participação, vereador. Também vereador Rodrigo Reis de Souza, muito obrigado. O presidente da Câmara, doutor Romilson Silva, muito obrigado pela participação. Também o vereador José Laércio de Toledo Lima Jr. E também o vereador Walter Tozzi, além do vereador Afonso Silva. Obrigado pela participação novamente, muito obrigado pela acolhida aqui no município de Jaguariúna, cumprimentando em nome de vossas senhorias também toda a população aqui presente. Bom, estão encerradas então as inscrições para a manifestação. Nós temos bastante inscritos, vai ser bastante produtiva, assim esperamos, essa Audiência Pública. A medida que nós fomos chamando os nomes dos devidamente inscritos, solicitamos que subam aqui no plenário, a menos que tenha alguma questão de restrição de acessibilidade, por favor, nos informe, nossa produção leva o microfone até você, mas tem rampa, a gente pede então que venha até aqui, até para ficar registrado. Os demais também poderem vê-lo e também acompanhar na íntegra não só o som, mas também o visual. Bem, então registrando aqui, nós não temos inscritos pelo Ministério Público, nós vamos passar ao segundo segmento, que é a representação de representantes de entidades da sociedade civil. Desculpe a redundância. Os representantes de entidades da sociedade civil, temos aqui inscrita a doutora Maria do Carmo Santiago, ela representa a OAB. Convidamos, então, a fazer o uso da palavra aqui na tribuna. Doutora, seja bem-vinda. Muito obrigado pela participação. Gostaria de registrar que foi protocolado o documento e já foi encaminhado, inclusive, aos cuidados do representantes da Cetesb. Seja bem-vinda, são cinco minutos, obrigado.

01:03:41 Vanessa Rios Carneiro Tenan de Oliveira (OAB): Boa tarde a todos, a doutora Maria do Carmo leciona na FAAG, então ela não pôde aguardar até o horário de falar aqui, mas eu sou advogada também. Meu nome é Vanessa Rios Carneiro Tenan de Oliveira, sou presidente da Comissão de Meio Ambiente e Direito Urbanístico da OAB, por isso que ela pediu que eu falasse em nome da OAB, o posicionamento da OAB de Jaguariúna. Eu sou especialista pela USP em direito ambiental e urbanístico e fizemos uma leitura, uma análise do Eia Rima que foi apresentado pela estrutural e fizemos um protocolo de um ofício para a senhora Natalia Resende, a doutora presidente do CONSEMA e Secretária do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do estado São Paulo, sobre o nosso posicionamento a esse respeito. Bom, inicialmente, o que a Ordem dos Advogados do Brasil chegou à conclusão? Nós temos tido frequentemente muitas queixas da população do cidadãos de Jaguariúna a respeito

das vibrações, dos barulhos e das casas que estão sendo rachadas em virtude dos problemas da pedreira. Também fizemos uma análise da legislação municipal e constatamos que a pedreira atualmente está numa zona predominantemente residencial. É certo que esse fato impede a instalação de novos empreendimentos, mas o que nós entendemos? Que a ampliação desse empreendimento também constitui um volume maior de extração de pedras, né? Então, isso também deveria ser considerado, tendo em vista o zoneamento do local. Isso é muito importante e é o que o CONSEMA avalia e a Cetesb também. Nós destacamos também aqui na página 52 do relatório do Rima, foi apresentado que a lei municipal 272 de 2019 estabelece que não será permitida a exploração de pedreiras na zona urbana, e ela está numa zona urbana, está na zona urbana da cidade, está quase no centro da cidade, e esse relato observa-se já que a ampliação da pedreira ela já é desejada pela população, justamente por estar nessa zona urbana, está no meio da cidade, praticamente. Nós vamos ter aqui mais pessoas que vão falar, com certeza, a representante de associações de moradores que tem casas próximas dali, e eles vão falar com maior propriedade como que estão as suas casas, inclusive se for necessário, nesses próximos cinco dias, que nós temos ainda para juntar nesse processo administrativo, podemos até juntar fotografias das casas e as rachaduras que essas casas estão tendo em decorrência disso. Outra coisa que nós podemos colocar aqui, é que muito embora a mineradora queira, como se comparar a uma fábrica, onde a poluição é vista como pontual e ela controla todas essas práticas, nós sabemos muito bem que não é isso, quem é morador aqui de Jaguariúna há muito tempo, convive com essa pedreira aqui há muito tempo, e sabe todo o transtorno que ela causa para a população local, então seria muito interessante que a população fosse consultada com maior amplitude. Mas podemos ver que no próprio relatório que foi feito aqui, que foi passado anteriormente, 74% da população entende, que foram entrevistados, entende que ruídos, as vibrações, são importantes e são sentidas aqui pela população de Jaguariúna. Outra coisa que é muito interessante que nós constatamos aqui como advogados, é a compensação ambiental pela do Snuc, que a Cetesb com certeza vai verificar, é muito baixa o valor da compensação ambiental que é a pedreira teria que fazer essa compensação, tendo em vista os lucros, mais de seis toneladas nos próximos 25 anos, e todo o transtorno que ela causa para a população, muito embora tenha colocado todos os os programas que ela se empenha em fazer para a prefeitura municipal. Bom, o que nós queremos com isso? Como entidade de advocacia que defende os direitos dos cidadãos, do que foi conversado na OAB com isso? O maior orgulho da população paulista é a Cetesb, ela é um órgão que fiscaliza o nosso direito ambiental. Em outros estados não existe Cetesb, e não sei se vocês sabem, mas existe uma mineradora, a Braskem fez uma mineração no estado do Maranhão, que prejudicou grandemente a população. Destruíu casas com rachaduras, não houve uma fiscalização dos órgãos competentes ambientais. Hoje já estão sendo feitas ações do Ministério Público, compensações milionárias a esse respeito, mas a população ficou totalmente deteriorada. Famílias foram desconstituídas porque a dignidade da pessoa com a sua moradia foi afetada, então é importante, além dos danos, porque a pedreira ela fica no corredor do bioma Mata Atlântica e Cerrado, além de todos os danos ambientais, foram feitas supressões de árvore com problemas com a Cetesb, nós vimos no Rima, eu acho que nós temos que ver a população, o problema social está sendo bastante grande antes que nós tenhamos problemas maiores temos que coibir isso agora, a partir de já, porque mais 25 anos nós temos que ver se é isso que a população de Jaguariúna deseja, e o que a OAB deseja e fez um ofício para a secretária de meio ambiente, que seja visto com carinho nosso caso de Jaguariúna, porque não é fácil, já são mais de 30 anos dessa

licença que a mineradora tem, e nós gostaríamos que fosse feito um estudo com carinho, um estudo detalhado para ver o que a população de Jaguariúna realmente deseja. Hoje nós temos um auditório praticamente lotado, e isso é muito raro, mas necessário. Os vereadores, em a sua maioria, estão aqui porque é um anseio da população de Jaguariúna está muito grande nesse respeito. Nós temos grande preocupação nesse caso, por isso que a OAB determinou que uma comissão de meio ambiente viesse aqui representá-la e poder falar tecnicamente tudo o que for necessário para ajudar tanto a Cetesb quanto o CONSEMA nesse aspecto. Muito obrigada.

01:10:34 Anselmo Guimarães: Muito obrigado. Essa foi a doutora Vanessa Rios Carneiro Tenan de Oliveira, presidente da OAB, subseção de Jaguariúna, devidamente registrado aqui. Muito obrigado pela participação. Agora nós vamos continuar chamando aqui os cidadãos e cidadãs. Alguns se inscreveram numa lista preliminar, nós temos aqui diversos inscritos, como tinha bastante interessados, não consegui pegar necessariamente o horário de inscrição, pode ser que esteja fora de ordem. Se alguém se sentir prejudicado, por favor, nos informe, mas todos os inscritos vão fazer uso da palavra, se alguém ficar faltando, por favor, também nos informe. Então gostaria de chamar aqui, então, a nossa primeira inscrita, a senhora Rita de Cássia Nascimento, para fazer uso da palavra. Na sequência, nós vamos chamar Priscila Aguiar Resende. Seja bem-vinda, senhora Rita de Cássia, por favor, pedimos então que venha até a tribuna, são três minutos. Obrigado.

01:11:37 Rita de Cássia Nascimento: Em primeiro lugar, eu queria contestar um pouco, porque se as autoridades teriam cinco, a sociedade civil deveria ter também. Outra coisa, boa tarde a todos, peço um pouco de paciência, porque eu sou deficiente visual, então eu vou ter um pouco de dificuldade de ler. Primeira coisa, eu fazendo a leitura de 1.449 páginas, impossível de ler tudo porque o meio de comunicação não foi tão hábil assim para chegar à população. Eu anotei alguns pontos. Na página 50, por exemplo, devido ao atendimento parcial de exigências técnicas relacionadas à representação do plano de adequação ambiental dentro do prazo de 120 dias da emissão da licença, a Cetesb notificou a empresa, por intermédio de carta - e fala lá a carta, sobre o início do processo de cancelamento das, aí cita os processos. Aí, mais à frente: de forma tempestiva, então, dentro do prazo, a Basalto cumpre a recomendação, isso em prazo de duas semanas, aproximadamente, cumpre as exigências. O que eu quero é salientar aqui? Que se houve descumprimento anteriormente, o que garante que não haverá outros? E olha que eu estou na página 50. Eu nem cheguei lá na 1000 para ver o que aconteceu depois. Aí vem outro passo, em inspeção realizada em 14/10/2009, com emissão do laudo, aí fala, o laudo, constatou-se a intervenção sobre a cobertura vegetal nativa do local de projeção da área da lavra, sem possuir autorização para o órgão ambiental competente, estimada em 3.2 hectares que estava bem lá no início da exploração, conforme relatório de inspeção. Aí, tal situação acarretou a emissão do parecer desfavorável à licença. Então, são coisas que foram acontecendo. Aí vem as minhas perguntas. Primeiro: leitura de 1449 páginas, quem da sociedade civil conseguiu fazer? Segunda pergunta: qual a garantia de minimização dos impactos ambientais? A gente, nós, população, queremos essa garantia. Como é feita a fiscalização, a cobrança e com qual periodicidade? Toda pesquisa que, aí agora é uma citação do rapaz que explanou anteriormente, toda a pesquisa deve seguir um critério. Então, eu gostaria de saber qual foi o critério de escolha dos moradores ao redor, já que foi dito que o morador não tinha certeza das rachaduras, então eu queria saber como é que foi esse critério de escolha? E aí, nesse

caso das rachaduras, que o próprio morador disse que não sabia se era pedreiro que tinha causado ou outros fatores, e aí, ficou por isso? Ou mandou-se um técnico ao local para ver o motivo, porque dá para fazer análise sobre isso? Medições, e aí, se houve esse laudo técnico para ressarcimento do morador prejudicado?

01:15:36 Anselmo Guimarães: Eu gostaria de pedir até, se puder já encaminhar para a conclusão e depois, obviamente, se ficar faltando, por favor, peço que encaminhe para a gente por escrito também para a gente encaminhar.

01:15:46 Rita de Cássia Nascimento: Já está terminando, são duas, posso fazer só as duas últimas?

01:15:48 Anselmo Guimarães: Só vou pedir a compreensão, que nós temos mais de... Quase 30 inscritos aqui para fazer uso da palavra.

01:15:54 Rita de Cássia Nascimento: E para onde serão direcionados a fauna e o monitoramento, e por quem será? E agora uma pergunta específica para a prefeitura e eu encerro: qual o limite de exploração? Ou Jaguariúna irá crescer indiscriminadamente, sem preservação verde? Foi citada a busca por moradia na cidade. A quem cobro, então, ao executivo e ao legislativo sobre a urbanização e a preservação da fauna e da flora? Obrigada.

01:16:21 Anselmo Guimarães: Senhora Rita de Cássia Nascimento, muito obrigado pela participação, agradeço pela compreensão. Nós temos bastante inscritos aqui. Creio que vai ser bastante produtivo, já repetindo aqui. Gostaria de convidar, então, a próxima inscrita, senhora Priscila Aguiar Rezende. Na sequência, nós vamos convidar Afonso Lopes da Silva. Priscila, seja bem-vinda. Obrigado pela participação, a palavra sua.

01:16:49 Priscila Aguiar Rezende: Obrigada, boa noite. Sou a Priscila, eu estou aqui representando o Psol de Jaguariúna, e eu queria começar com uma observação: realmente o tempo dado entre a indicação para essa Audiência Pública e a data da audiência é insuficiente para que a gente acompanhe esse estudo. Então, eu peço desculpa porque as perguntas são limitadas em decorrência de ter sido uma análise bem breve, mas essa análise breve ela já detecta diversos problemas e questões importantes. Primeiro que eu notei que, nós fizemos um estudo coletivo, nós notamos que o que contam com dados econômicos de 2013, são 10 anos, e nesse intervalo a gente passou por uma pandemia que acabou com a economia do mundo inteiro, eu acho que é preciso ponderar se estão sendo levadas em consideração essas questões, dados econômicos muito atrasados. Segundo, que no plano de comunicação social que foi feito, na intenção de minimizar o impacto com os moradores do município, e reverter essa posição desfavorável que a própria entrevista com os moradores complementou, ele foi financiado com que recursos? Porque a gente precisa saber. Recursos da empresa, recursos públicos. E na apresentação, uma coisa que eu coloco agora, na apresentação do representante da empresa, ele fala de dois projetos, não minimizando a importância do combate à epidemia de dengue ou a importância do esporte para jovens, mas são projetos muito antigos, e ele cita algumas doações de material para a prefeitura, coisa de pelo menos 10, 15, 20 anos atrás. E agora, o que que a empresa está fazendo por nossa cidade agora? Porque os impactos continuam acontecendo. Os moradores continuam sendo prejudicados. Então, a gente queria saber sobre isso. Outro ponto, que o estudo adotou uma abordagem dirigida. Isso significa que os técnicos que elaboraram eles vieram fisicamente aqui? Em caso positivo, em quais dados sobre a geografia do local os técnicos se ampararam? Apenas no parecer 3114

da Cetesb? No estudo constam também processos de licenciamento ambiental da mineradora, com parecer desfavorável, que são os processos 563, de 94, o 6.699, de 2004, e o 3707-2912, de 2012. Qual é o status atualizado desses pareceres? Eles foram modificados o entendimento de desfavorável para favorável. Durante a análise do processo da Cetesb, 05.922, de 2000, constatou-se a supressão de vegetação nativa sem autorização e foi prevista uma compensação. Essa compensação realmente foi realizada nos moldes adequados? Quer dizer, árvores nativas, árvores específicas foram recolocadas adequadamente? E a última pergunta que fala realmente sobre essa questão das ações sociais, se tem um projeto para novas ações sociais para minimizar o impacto antropológico dessa expansão. Boa noite, obrigada.

01:20:29 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, senhora Priscila Aguiar Rezende. Obrigado pela participação. Gostaria de convidar Afonso Lopes da Silva para fazer uso da palavra e, na sequência, será a senhora Maria Abigail Nogueira Morais Ziggianti. Afonso Lopes da Silva, seja bem-vindo, muito obrigado, a palavra sua.

01:20:51 Afonso Lopes da Silva: Boa noite a todos. Boa noite representante do estado, do CONSEMA. Para quem não me conhece, eu sou Afonso Lopes da Silva, mais conhecido como vereador de Silva. O que eu vou questionar aqui é justamente para o CONSEMA. Eu acho que essa é uma questão, como todo mundo está presente aqui, todo mundo sabe, é uma questão sensível para Jaguariúna, e quando é uma questão sensível, a sociedade realmente de Jaguariúna, ela tem que ser ouvida, não é? Então, as condições que foram chamadas essa audiência, pelo menos eu estranhei, pelo seguinte, esse relatório que foi disponibilizado na casa da — (01:21:28) contra a casa da memória, mas eu acho que deveria ter sido disponibilizado na Câmara Municipal, não é nenhum bairrismo, mas por que que eu estou colocando na Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal é a representação da cidade, os vereadores lá representam a cidade. Acho que um local correto seria a Câmara Municipal, onde está o representante do povo. Outra coisa, como é que foi feito, gostaria que o CONSEMA me explicasse, a convocação em relação à questão das instituições, as entidades, como é que foram feitas. Qual as entidades, assim como a Câmara dos Vereadores, ficaram sabendo por acaso dessa audiência? Eu acho que isso é um desrespeito com a nossa cidade, descartando os representantes do povo e também a representação. Acho que por ser, como eu já disse, uma questão sensível, a gente tem que ter a garantia que todas as entidades, inclusive a gente, tem uma faculdade aqui na cidade, foi convocada a Unifaj para participar? Então, esses questionamentos eu gostaria que o CONSEMA me explicasse, e vou repetir de novo, isso é uma questão séria para a nossa cidade, uma questão sensível, e todo mundo sabe o que significa a presença da Pedreira em todo esse tempo aqui na nossa cidade. Então é isso, gostaria também de saber se foi mandado algum convite para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, todas essas mudanças que o pessoal falou que cobriu a área, com a questão do reflorestamento, se vocês ficaram sabendo disso e acompanharam? Então essas questões, não pode ser desse jeito, tem que ser de certa forma, a cidade tem que acompanhar isso, as entidades têm que acompanhar isso. A Câmara Municipal tem que acompanhar isso para que a gente não tenha nenhuma surpresa. Se Jaguariúna merece respeito, porque a empresa está localizada aqui dentro do município, a gente tem que ser respeitado, só isso. Obrigado.

01:23:27 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, vereador Afonso Lopes da Silva. Eu acabei não chamando ele no momento apropriado, que são as últimas falas, até porque, por conta dessa lista preliminar que tinha sido colocada, mas fica aqui,

obviamente, já tivemos aqui a manifestação, os demais vereadores, nós vamos chamar no momento apropriado, após as falas aqui do cidadãos e cidadãs. Obviamente, se algum tiver, por algum motivo de força maior, a gente pede que nos comunique, a gente pode até antecipar a palavra, mas seria muito mais importante para a gente ouvir depois que os cidadãos e cidadãs também fizessem sua manifestação. Então, muito obrigado pela compreensão. Gostaria de convidar, então, a senhora Maria Abigail Nogueira Morais Ziggatti, perdoem-me se eu pronunciei errado o nome, eu peço que, se for o caso, repita para ser registrado e constar na transcrição e, na sequência, nós teremos a palavra de Norberto Caldeira. Por favor, Maria.

01:24:34 Maria Abigail Nogueira Morais Reggiali: Boa noite, meu nome é Maria Abigail Nogueira Moraes Reggiali, acho que uma das mais antigas aqui no movimento Moradoras de Jaguariúna. A minha indignação está em Jaguariúna querer crescer e querer ter uma Pedreira dentro do centro urbano. Eu acho que está na hora da gente definir o que quer Jaguariúna, que estilo de vida nós queremos? Do lado da Pedreira tem uma sede antiga, uma série de fazenda do fundador da cidade, que está no ata, desata com a prefeitura que não sei o que que é, a casa vai cair. Então nós temos que olhar esse lado histórico para que Jaguariúna tenha alguma história para contar. Então, eu sou totalmente contra a ampliação da Pedreira, porque vai afetar, já está afetando a fazenda. Então, a hora que forem olhar que é uma parede de taipa, com esse tremor, com certeza elas já estão afetadas. Então, o recado que eu tenho para dar é a minha preocupação com o patrimônio histórico e com a história da cidade de Jaguariúna. Boa noite, muito obrigado.

01:25:58 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, senhora Maria Abigail, pela participação. Chamo agora Norberto Caldeira para vir até aqui à tribuna fazer uso da palavra. E, na sequência, teremos Magaly Gonçalves Souza Scaff. Boa noite, seja bem-vindo senhor Norberto. Então, por favor, a Palavra é sua.

01:26:37 Norberto Caldeira: Boa noite a todos. Obrigado, eu sou Norberto Caldeira, sou síndico do condomínio vizinho da Pedreira, e há muito tempo a gente reclama da Pedreira duas coisas: o barulho da brita sendo triturada e do barulho das explosões que tem, a cada sexta-feira é feita uma explosão. As casas do nosso condomínio já existiam trincas de casa por causa das explosões. Eu acho que a gente devia estar aqui falando do fim da Pedreira e não da extensão da Pedreira por mais 25 anos. Eu acho que essa área seria muito mais aproveitado ao município, extinguindo a Pedreira, que gera 90 empregos, do que manter por 25 anos uma Pedreira aqui dentro para gerar 90 empregos. Eu não vi em nenhum momento da apresentação alguém falando que vai trazer mais empregos para nossa cidade. Me desculpe, mas eu acho que a gente devia estar falando do encerramento das atividades em Jaguariúna. Obrigado.

01:27:45 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, senhor Norberto, pela participação. Convido agora para fazer uso da palavra, Magaly Gonçalves Souza Scaff, vir até a tribuna para fazer uso da palavra. Na sequência será José Luiz de Lima. Por favor, seja bem-vinda. Muito obrigado pela participação.

01:28:06 Magaly Gonçalves Souza Scaff: Boa noite a todos, só uma correção, eu e o senhor José Luiz de Lima, que seria o próximo, somos representantes do mesmo empreendimento, que é o condomínio residencial Veneza, situado aqui próximo a Pedreira. A condição, no caso, o senhor José Luís está aqui presente. Se ele quiser, depois tomar a palavra, também poderá ser chamado. Bem, o que nós trazemos é uma lista de proprietários do condomínio Veneza, um condomínio que recentemente

começou a ser habitado. Ele possui 57 casas que ficam praticamente na divisa da área da Pedreira. Nós temos recebido alguns comentários e fizemos uma enquete para que os proprietários se manifestassem e nós trouxéssemos essa enquete para o resultado que eles são totalmente discordante da ampliação da Pedreira na cidade, porque também eles relatam que existem comprometimentos de abalos, quando a Pedreira tem as suas explosões. Chega a balançar lustre, balançar alguma coisa na casa, e eles estão com as casas agora recentemente construídas, a convenção do condomínio foi assinada em novembro de 2020. Então, são pessoas que estão com o seu empreendimento, com o seu voto de confiança no empreendimento recente, e temem que essa casa venha a ter maiores prejuízos com a ampliação da Pedreira. Enfim, nós trouxemos aqui dos 57 proprietários, temos aí uma lista de 40 assinaturas que já definiram que discordam da ampliação da Pedreira e que os demais não se manifestaram porque essa manifestação foi online, para ser rápido, porque tudo foi muito rápido. E não deu tempo suficiente para todo mundo se organizar. E eu acredito que todas as considerações que foram colocadas aqui hoje, nesta tribuna, pelos representantes da cidade, pelos moradores que aqui estiveram, eles fazem um ponto bastante importante, que vem na reflexão que, há 25 anos atrás, a Pedreira estava longe da cidade, e que não afetava tanto os moradores. Hoje, a Pedreira chegou na cidade. Se aumentar ainda a sua área, ela vai estar comprometendo mais ainda. Então, se pensarmos em 25 anos futuro, a situação vai ser bem mais complicada, é só isso. Obrigada.

01:31:22 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, senhora Magaly Gonçalves Souza Scaff, muito obrigado pela participação. Convida agora José Luiz de Lima, também inscrito aqui para fazer uso da palavra. E, na sequência, gostaria de chamar Régis Tostes Sebben. Seja bem-vindo, senhor José Luiz. A palavra é sua. Obrigado.

01:31:41 José Luiz de Lima: Oi, boa noite para todos. Meu nome é José Luiz. Eu sou síndico do condomínio Veneza, e faço das palavras da Magali as minhas. Realmente, os moradores me procuraram me relatando vários problemas quando acontecem a detonação. Eu já participei desse tipo de votação em outros lugares, e em Piracicaba, por exemplo, tinha uma Pedreira lá que eu trabalhava na empresa, e aconteceu o mesmo caso, e todos os moradores também eles foram contra a continuidade daquela Pedreira e parou, a Pedreira parou de funcionar. Ela ficou durante um tempo explodindo com o nível de detonação muito pequeno, de forma que não parou de comprometer, e depois de um ano mais ou menos parou a atividade e aí foi feito outro tipo de empreendimento lá. No caso do condomínio Veneza, eu já vi várias vezes quando explode, realmente balança tudo. E agora vai ter outro condomínio da mesma construtora, embaixo do nosso ali, então, com certeza esse problema vai continuar. Então eu, representando o condomínio, a gente é contra o aumento dessa expansão que está tendo. A gente entende a situação comercial e de negócios da empresa, a gente sabe como que é, mas nesse caso, a Pedreira, ela já faz parte da cidade, está praticamente no centro, e no nosso entendimento, precisa de alguma forma a prefeitura tomar alguma ação para parar, ou minimizar o que está acontecendo hoje, que a tendência é piorar. Então, acho que é isso que eu queria dizer, obrigado.

01:33:36 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, José Luís. Obrigado pela participação, pelas contribuições. Convido, agora Régis Totti Sebben, ele teve que sair. De qualquer forma, está registrado aqui. Caso ele retorne, a gente ainda esteja chamando esse segmento, está garantido, obviamente, o direito da palavra dele. Convido agora para fazer uso da palavra Ana Beatriz Ferrari, e na sequência será Francisca Ferrari. Seja

bem-vinda. Muito obrigado pela participação, presumo que sejam aqui Ana Beatriz e Francisca, é isso? Perfeito, querem compor o tempo para falarem juntas, como preferem, ou uma de cada vez. Perfeitamente, então são seis minutos para ambas utilizarem. Obrigado.

01:34:39 Francisca Ferrari: Boa noite. Quero agradecer a participação do pessoal aqui. Foi muito boa. E quero falar que eu sou contra isso daí. E a rua não é particular de vocês, a rua é pública, é a rua da Pedreira, ela tem até nome já. Então eu sou contra, e o pessoal tem razão. E as coisas não são bem assim, não. Quer enfiar as coisas em cima da gente? Vamos devagar.

01:35:12 Ana Beatriz Ferrari: Olha, eu quero dizer que eu nasci e me criei aqui, eu tenho 80 anos, e essa Pedreira ela só prejudicou a gente. Eu sou vizinha da Pedreira, sou encostada com ela. Falou que foi lá fazer uma enquete, na minha casa não veio ninguém, ninguém falou nada, não teve enquete para a gente, para não teve. Então, o que acontece? Ele fez todos os estudos da fauna, da flora, e das pessoas? Que as casas estão todas trincadas. Eu tenho piscina, não posso usar porque põem água, cai, vaza tudo. Então, tem muita coisa errada aí. Então, a gente está quieto. Agora eu acho assim, a prefeitura tem que tomar uma atitude, os vereadores de Jaguariúna, porque eles assinaram para a Pedreira funcionar. Então, agora quer aumentar a cava? Sou totalmente contra. E também não acho que fazer esse negócio de ação social lá longe, tinha que ver aqui pertinho dele, que eu moro ali. Então é isso que eu tenho que falar, eu sou totalmente contra. Espero que o senhor tome uma atitude e agradeço.

01:36:47 Anselmo Guimarães: Muito obrigado. Agradecemos então a participação da senhora Francisca Ferrari e também de Ana Beatriz Ferrari. Obrigado pela participação. Queria convidar aqui para fazer uso da palavra, nós temos aqui, informando aqui, registrando novamente diversos universitários da Unesp que estão aqui presentes. Nós temos aqui, eles estão inscritos, vou começar a chamar, então Gustavo Giacomelli Nunes, na sequência, Melissa Machado Martins. Gustavo, seja bem-vindo, por favor, a palavra é sua.

Gustavo Giacomelli Nunes: Oi, boa tarde. Eu sou estudante de geologia da Unesp de Rio Claro. E a minha questão, ela vem mais em relação ao aquífero que a cidade ou empreendimentos estavam sobre. O avanço da lavra, ele pressupõe que o lençol freático ou o nível de NA ele seja rebaixado para poder se explorar mais rocha. Esse nível de rebaixamento pode comprometer as microbacias que servem com o empreendimento, como os rios que correm em volta da cidade de Jaguariúna, que são perenes e intermitentes também. Assim como o reabastecimento do aquífero tubarão, que é o que abastece a cidade de Jaguariúna. Além disso, os postos de controle que são feitos para controlar o nível do nível genial do lençol freático que constam no Aquífero Tubarão, eles são de 2016, se não me engano, e eu acredito que com os períodos de estiagem isso tenha mudado muito nos últimos anos. Além disso, eu gostaria de perguntar qual é a medida que o empreendimento tem para garantir que a unidade do Aquífero e que os micro ecossistema suportados pelos rios que circulam a cidade não sejam afetados por esse rebaixamento do nível de NA?

01:38:56 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Gustavo Giacomelli Nunes. Convido agora também a estudante Melissa Machado Martins, aqui conosco. Na sequência, será Fernanda Loebel Braidó.

01:39:20 Melissa Machado Martins: Olá gente, eu sou a Melissa, sou estudante de engenharia ambiental da Unesp de Rio Claro. Bom, eu vou fazer algumas perguntas

aqui, começando, então me pautando no próprio EIA. Segundo o que consta então no capítulo 9 do EIA, especificamente no tópico de qualidade do ar, há dois pontos de monitoramento próximo às fontes poluentes, as fontes que mais, no caso, que mais emitem a poluição. E aí é, foram feitas então duas medidas, no ano de 2013 e 2015, para saber quais eram os resultados de poluição que elas estavam emitindo. Bom, o resultado ele deu dentro do padrão, porém ele está dentro do padrão do limite máximo, que no caso é 240 microgramas. Esse padrão foi estipulado pelo decreto estadual, de número 54.113, do ano de 2013. Bom, a minha pergunta é: o que garante que essa poluição por partículas suspensas ela não irá se agravar com a ampliação das atividades do empreendimento? E outra coisa também, que eu me pergunto é: não seria necessário a atualização desses dados da qualidade do ar? Será que as eles já não estariam antigos? Bom, seguindo então, nessa linha, sobre a modificação das vias de acesso que seria feita com bombeamento de águas, no caso retirado das Lagoas da cava, em períodos de estiagem, de onde sairia essa água, seria do poço? Seriam das águas subterrâneas? E também quais são os impactos gerados com o aumento da vazão do poço de água subterrânea? Como seria o impacto, então, tipo, retirando a água desses poços, ele diminuiria? Bom, ainda em relação aos estudos que analisa a concentração do material particulado, que são localizados à esquerda da Pedreira, nos dois pontos, quais os estudos, como, por exemplo, a análise da rota dos ventos, quais os estudos comprovariam, então, que o material não seria transportado e afetaria a zona de APP, ou ainda, quais estudos que comprovam que não afetaria o novo empreendimento de condomínio que vai ser construído, que foi citado, o chamado Jardim das Flores, e também é citado no EIA, na página 9, no capítulo 5. É só isso, obrigada.

01:41:34 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, senhora Melissa Martins. Gostaria de chamar Fernanda Loebel Braido para vir até aqui fazer uso da palavra e, na sequência, Gabriel Alves. Olá, boa tarde. Seja bem-vinda, por favor, a palavra é sua.

01:41:56 Fernanda Loebel Braido: Olá, boa noite. Eu sou Fernanda, estudante de geologia. De acordo com EIA Rima, “a empresa possui caixa para retenção de resíduos graxos e sistema de fossa séptica para a disposição de efluentes sanitários”, qual a comprovação de que as anomalias de cadmio e nitrato e dos patógenos, coliformes termotolerantes, coliformes totais, pseudomonas, salmonelas citadas na página 46, do capítulo 7, do documento, não possuem relação com a fossa existente no local? Vale também ressaltar que as características do aquífero, por ser um aquífero fraturado no regional, podem potencializar a migração desses contaminantes na área. Seguindo o modelo de fluxo de carga d'água apresentado no capítulo 9, página 72 do documentos, o qual aponta que, com a expansão da cava, o sentido do fluxo da água subterrânea será alterado para nordeste da área, ou seja, em direção à área de mata de APP vizinha ao empreendimento. Como pode ser garantido que tais anomalias citadas de cadmio, de nitrato de coliformes, podem não ser agravadas, ou podem ser agravadas, com a expansão da cava, principalmente em direção à área da vegetação? Muito obrigado.

01:43:05 Anselmo Guimarães: Muito obrigado pela participação. Convido agora para fazer uso da palavra Gabriel Alves. E na sequência, vai ser Kenia Thaiany Silva dos Santos. Gabriel, seja bem-vindo, por favor, a palavra é sua

01:43:28 Gabriel Alves: Obrigado, boa tarde. Eu queria relatar um ponto em relação à fauna que foi destacado, não é? Então, dentro da área de apresentada de influência direta, destacado no capítulo 9.2.2.2, a presença de três espécies em extinção, constantes na lista estadual de espécies, além de nove espécies endêmicas da Mata

Atlântica e uma espécie endêmica do Cerrado de aves, além de outras espécies de filós, que são endêmicas da região. Qual o estudo comprova que o processo de ampliação durante 30 anos da Pedreira não pode agravar uma situação já crítica para extinção e dispersão das espécies endêmicas de aves existentes na região? E também gosto de destacar que, além de poder ter afugentamento e atropelamento dessas espécies terrestres que serão retiradas do local de origem pelo desmatamento para ampliação, qual seria a alternativa para que não haja essa dispersão dessas espécies para outros habitats e que não haja perda de biodiversidade com os possíveis atropelamentos, causando desequilíbrio ecológico dessa região? Obrigado.

01:44:37 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Gabriel Alves pela participação. Convido Kênia Thaiany Silva dos Santos, também estudante da Unesp aqui presente e, na sequência, Helena Hermenegildo Barato. Seja bem-vinda, obrigado, a palavra é sua.

01:44:55 Kênia Thaiany Silva dos Santos: Olá, boa noite a todos. Meu nome é Kênia, sou estudante de engenharia ambiental da Unesp de Rio Claro. Bom, no capítulo 9.1.2.9 diz respeito sobre as emissões de ruído, vibração e pressão acústica que diz, de acordo com a resolução Conama de número 01/90, que a emissão de ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais é considerada prejudicial à saúde e ao sossego público quando atingido níveis superiores aos aceitáveis pela norma NBR 10.151, de 2000. Também, de acordo com a página 387, do capítulo 9, 49% dos pesquisados afirmou que as vibrações causadas pelo empreendimento já lhe causaram algum tipo de dano direto. Dessa forma, qual é o estudo que foi feito que demonstra que a ampliação de 30 anos desse empreendimento não vai agravar ainda mais a situação já presente? Obrigado.

01:45:56 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Kenia, pela participação. Agora Helena Hermenegildo Barato, e na sequência, será Pedro Botasso do Vale. Seja bem-vinda, obrigado. A palavra é sua.

01:46:15 Helena Hermenegildo Barato: Obrigada. Oi, boa noite. Meu nome é Helena, sou estudante de engenharia ambiental. Eu vou ser bem breve. A área de ampliação do empreendimento ela está localizada em zona predominantemente residencial e, conforme já apresentado no EIA e também muito discutido aqui nessa noite, a operação do empreendimento casa causa vários incômodos à população. Portanto, dirijo esse questionamento ao município de Jaguariúna e à prefeitura: por qual razão foi concedida anuência e certidão de uso e ocupação do solo encontrado no anexo 2B, no final do estudo, indo contra o plano diretor do município? Obrigado.

01:46:57 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Helena, pela participação. Gostaria de convidar agora. Pedro Botasso do Vale. E, na sequência, será Fernanda Barros. Seja bem-vindo, Pedro. Muito obrigado. A palavra é sua.

01:47:17 Pedro Botasso do Vale: Boa noite a todos, primeiro de tudo. A minha pergunta aqui vem de um lugar que eu busco fazer um compilado do que todos os meus colegas da universidade fizeram e perguntar, tentando diminuir a questão antropológica, o efeito que eles estão fazendo à sociedade, mas trazendo para um ponto de vista ecológico. A minha pergunta acaba sendo um catálogo, então, de tudo, dizendo que como seria possível com a desmatação da área diretamente afetada do empreendimento, somado aos efeitos que vão se decorrer a área de interferência direta dentro daquele raio explicitado para a gente nos slides, como será possível, através dos programas, ser garantido para a gente que irá ver uma integridade daquele

fragmento de mata. A gente está dizendo um fragmento de mata nativo, endêmico da região, com espécies que algumas são até categorizadas como raras ou até mesmo em extinção. Então venho aqui dizer: como será possível a gente manter as condições com a ampliação dessa cava de mineração? Como será possível a gente manter as condições necessárias para continuar existindo as nascentes e os córregos que estão presentes dentro do empreendimento. Vale ressaltar que esses córregos tem deságue direto no Rio Jaguariúna, portanto, a gente vai tendo um carregamento de detritos. A gente vai tendo uma degradação e com a ampliação essa degradação somente é ampliada, somente é acelerada. Então, eu peço para ter isso em mente, como as espécies de animais, como a flora irá reagir e como os corpos hídricos irão reagir? A gente está vendo que talvez no final irá haver um subcombimento de todo aquele fragmento de mata nativa que a gente tem aqui, algo que eu acredito que deve ser muito importante para todos os cidadãos de Jaguariúna. Muito obrigado, gente, boa noite.

01:49:17 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Pedro Botaça do Vale. Também é aluno da Unesp, obrigado. Gostaria de convidar a Fernanda Dias Barros para fazer uso da palavra. E, na sequência, a Carla González Galán. Por favor, a palavra é sua.

01:49:32 Fernanda Dias Barros: Boa noite, meu nome é Fernanda. Sou geóloga formada pela Unesp também, com 15 anos de experiência. A atividade de mineração gera impactos ambientais inerentes a ela. Então, assim, existem impactos negativos, mas existem os impactos positivos também, como a geração de renda, criação de emprego para o município. Então, uma das pessoas que vieram expressar sua opinião, disseram sobre a quantidade de vagas. Sim, o empreendimento ele gera 90 empregos diretos, mas existem estudos do setor de mineração que associa a cada emprego direto, são gerados quatro empregos indiretos. Então, a gente está falando efetivamente de 360 postos de emprego. Sem contar os impostos e outras outras formas de contribuição para o empreendimento. Só vim pontuar isso aqui, um ponto positivo da mineração.

01:50:34 Anselmo Guimarães: Obrigado, Fernanda Barros pela participação. Convido agora Carla González Galán. E, na sequência, será Gislaine Picatão. Por favor, Carla, seja bem-vinda. Muito obrigado, palavra é sua.

01:50:34 Carla González Galán: Boa noite a todos. Eu também sou geóloga, trabalho com mineração há basicamente 25, 27 anos. Já licenciiei muitas mineradoras no estado de São Paulo. Entendo a preocupação do município, e dos munícipes em relação à questão, principalmente das rachaduras das casas e tudo que se manifestou aqui, mas eu posso garantir para vocês uma coisa em relação à mineração, é uma atividade à qual o ser humano depende. Não há progresso, não há condições de vida, como a gente conhece hoje, sem a mineração. E no município de Jaguariúna, ela tem sua importância. O município cresceu ao redor da mineração. Outra questão importante, que se falou bastante principalmente sobre os aspectos ambientais que os estudantes colocaram, com certeza todos os estudos foram feitos e as perguntas vão ser sim respondidas, e o que eu posso dizer em relação à preocupação de vocês sobre os programas ambientais, é que vocês, como munícipes, atuem de forma mais presente nas ações que a empresa vem fazendo. Sejam participativos no sentido de buscar respostas junto à empresa. Eu falo isso porque eu também hoje sou residente em Jaguariúna, minha filha estuda aqui, então eu estou falando pelos dois lados. Vamos procurar entender melhor como é que funciona um empreendimento minerário, e poder ser participativo também disso, obter os benefícios que um empreendimento pode

trazer para vocês. Então assim, a Pedreira, ela existe. A ampliação da área, se for ser analisado do ponto de vista ambiental, social, os impactos que isso pode trazer para vocês não são maiores do que os que vocês já têm hoje. Então, vamos ter que tratar isso, acho que acho que tratar isso com responsabilidade, tratar isso com seriedade, porque eu acho que o objetivo de todo mundo é continuar trazendo benefício. Olha, eu respeitei todos que falaram aqui. Eu acho que não é bacana vocês fazerem esse tipo de... Então, eu acho que assim, há condições de se fazer um trabalho bem feito e que vocês participem, como municípios também. Estou falando como geóloga, eu conheço o que é uma mineração, ok?

01:53:57 Anselmo Guimarães: Perfeito. Obrigado, Carla. Gostaria de contar com a colaboração de todos, até para a gente manter aqui o nosso clima amistoso e poder registrar todas as contribuições aqui que são igualmente importantes. Tanto as críticas, sugestões, os aplausos, todos eles vão ser registrados também em vídeo. Aplausos, vaias também, obviamente, mas a gente sempre zelar para a gente poder conseguir registrar, porque tudo isso vai ser constado no processo de forma escrita. Muito obrigado. Então, agora, senhora Gislaine Picatão e, na sequência, é João Rodrigues dos Santos. Gislaine, seja bem-vinda, obrigado pela participação.

01:54:43 Gislaine Picatão: Bom, vim falar como uma mera moradora. Eu moro há mais ou menos uns 600 metros ali da mineradora, e quando ocorre as explosões das rochas treme minha casa toda, minha família toda. A gente mora um próximo do outro ali e treme tudo, realmente treme, a ponto do azulejo da cozinha estar caindo, do painel da televisão já ter caído, e não tem como falar que não é pelas explosões, porque é quando explodem que isso acontece. Rachaduras pelas paredes, e minha casa tem só três anos de construída e já tem todos esses problemas estruturais. Enfim, essa é a minha preocupação, quanto ao aumento dessas explosões, e só um adendo, a gente mora ali há tantos anos, a gente tem essa fábrica de asfalto do lado da nossa casa, porém, nossas ruas ali não são asfaltadas, então esse é só um adendo. Eu acho que esses 300 metros estipulados de segurança é muito pouco, porque, como eu disse, eu moro a 600, 700 metros dali e sinto muito impacto dessas explosões. E com o aumento, esses 25 anos de extração que está querendo ser ampliado, muito provavelmente a estrutura da minha casa, que é de tijolos, e não de palha, como que vai ficar até lá? É isso, gente, obrigada.

01:56:38 Anselmo Guimarães: Muito obrigado. Essa foi a fala de Gislaine Picatão, muito obrigado. Convido agora para fazer uso da palavra João Rodrigues dos Santos. E, na sequência, Paulo Fraga. Por favor, então João Rodrigues dos Santos, obrigado, a palavra sua.

01:56:58 João Rodrigues dos Santos: Boa noite a todos. Venho aqui também como conselheiro da Adcap, a primeira Agência de Desenvolvimento do Circuito das Águas Paulista, que acabou de ser formalizada. Um ponto positivo dessa audiência, Jaguariúna agora é quase um Japão, pelo que a gente está vendo aqui, né? Porque treme à vontade. Parabéns também pela presença de alguns colaboradores da empresa. Fico muito feliz em lhes conhecer. Jaguariúna, gostaria de deixar registrado, que cresceu 30% o número de habitantes nos últimos anos, conforme o Censo porém, no Eia Rima eles disseram que, além da população não se manifestar, provavelmente a maioria que também não participou da pesquisa, o que me estranha muito não, e eles disseram que a população não se importou. Talvez depois dessa Audiência Pública do estado, as pessoas saibam. Lembrando também que em 2011 tinha a zona zen, zona de expansão mineral que abruptamente, contra a vontade do povo, foi aprovada em

2013, foi revogado. Isso é bom que se registre. Gostaria de saber o nome do jornal que foi divulgado, porque consultando o poder público e vários moradores, e aqui a gente está percebendo isso, eles não receberam essas informações, o que nos estranha porque a gente tem vários órgãos de comunicação no município e inclusive, pasmem os senhores, nem o poder público ficou sabendo dessa Audiência. Degrudou-se 3,2 e foi autuada. Não será gerado novos empregos, porém eles dizem que vai ter desenvolvimento econômico. Estranho também. Vai devastar 6 hectares Jaguariúna prima, tem o slogan, Jaguariúna bonita por natureza. Então, deve estar contrário a isso. Também informa no estudo dele sobre o turismo, que é muito importante, é muito legal. Porém, com esse aumento que eles querem, com a desmatção, quem é que vai visitar? Porém, gostei das sugestões que tem lá no estudo. Poderia ser feito agora assim que paralisar, assim como dizem, já que está se esgotando a Pedreira, ou seja, vai ser um benefício. Vão ter 3,5 milhões de reserva de água para o município, que está crescendo, com vários condomínios. Podemos aproveitar isso, além de ter uma área de esporte, uma área para o turismo, poderia as pessoas do poder público aproveitarem as sugestões deles para a gente fazer já, não daqui 25 anos. A maioria da população, e olha que vários daqui não participaram dessa pesquisa, nem as pessoas que moram 200 metros, 300 metros dos condomínios locais, rejeitaram isso amplamente, embora aqui no resumo o representante quis dizer que não, [mas só pegar pesquisa vocês vão ver que a maioria está com o seu patrimônio dilacerado por causa de rachaduras, perigos, problemas até cardíacos, e eu fico preocupado porque ao lado, na rua que não foi o asfalto, que a rua Joaquim Pinto Catão, tem idosos. Se cogitou, e está se cogitando aqui em Jaguariúna, em levar crianças para estudar, jovens para estudar lá através da Etec. Também o proprietário da empresa ia fazer uma doação para uma paróquia aqui do município. Não sei se vocês sabem, ou seja, ao lado da Pedreira, poderia ter uma paróquia, estudantes, escolas e idosos, duas, por exemplo, da terça da serra, está localizado lá. Será que eles não se preocupam com as pessoas? A empresa alega contrapartida com o desenvolvimento econômico. Qual essa importância, impostos para o município? A empresa ajuda construindo creches, adota alguma praça? A empresa cede gratuitamente a pedra anualmente ou/e atualmente? Jaguariúna tem 150 grandes empresas, por isso as pessoas vêm morar aqui, e elas constroem os seus sonhos, as suas casas. Por isso que temos tantos condomínios, assim como José Luiz falou aqui. Gostaria então só de encerrar e obrigado, e meu voto, sou contra desde 2011, para que assim que terminar jazida, pare a exploração da Pedreira.

02:01:57 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, João Rodrigues dos Santos, obrigado pela participação. Convido agora para fazer uso da palavra Paulo Fraga Oliveira. Está aqui presente conosco e, na sequência, será Andréa Rodrigues Fabi. Senhor Paulo Fraga, seja bem-vindo, obrigado pela participação.

02:02:13 Paulo Fraga Sibeira: Boa noite a todos, eu sou Paulo Fraga Sibeira. Sou professor da faculdade de Jaguariúna, na parte de arquitetura e urbanismo. Venho hoje mais como representante do Conselho do Patrimônio Histórico da cidade que eu sou presidente. Eu acho que todos que vieram antes, todos os argumentos foram contundentes e complementares, inclusive os positivos. O que eu proponho, tem uma parte mais a questão do patrimônio que eu vou falar, mas o que eu proponho que realmente a gente peça uma dilação de prazo para que esse estudo de impacto ambiental, esses estudos possam ser melhorados, aperfeiçoados, levando em consideração várias situações que foram levantadas aqui durante os participantes. Eu vou fazer um levantamento, mas eu sou leigo nesse assunto, mas me veio assim, por

exemplo, um pensamento aí que é um estudo que tem que provar ou não, por exemplo, ele vai gerar emprego, mas será que esse impacto ele pode, por exemplo, essa indústria vai crescer, vai gerar uma captação financeira, sei lá como for, mas será que o impacto prejudicar a água pode sair uma outra indústria, muito mais importante da cidade? Eu sou leigo em relação a essa questão da contaminação de água e tal, mas assim, nós temos uma outra indústria que utiliza de água limpa, é só um questionamento para a gente entender. Nossa, essa indústria é boa, mas a outra que está aqui também é boa. Será que não prejudica a outra? Não sei, mas eu vou falar agora no que eu sei. A questão do patrimônio histórico, não só o que a senhora Maria de Abigail comentou da edificação vizinha, mas mesmo com os abalos sísmicos que se estendem até o centro da cidade, que é o centro histórico da cidade, não vi um estudo que levanta todos esses patrimônios que são inventariados e tombados, que tem uma estrutura com uma fundação muito mais rasa, construções, com técnicas construtivas diferentes de hoje que não foram consideradas no estudo, que estão sendo prejudicadas, que tem abalos estruturais. Então eu não vejo nenhum estudo referente a isso, e também que tipo de medidas que podem ser compensatórias nessas construções das pessoas que moram, e também das questões do patrimônio histórico, em que sentido? Hoje tem questões de incentivo ao patrimônio histórico, não vi nenhuma medida cultural ligada a isso. É uma proposta para esse estudo, na verdade, estou dando uma proposta para que esse estudo, que venha de compensação, caso realmente aconteça o investimento, sou contra, mas caso ocorra, que tenha um estudo muito mais aprofundado, que seja demonstrado para a gente, que a gente possa participar, que a gente possa participar de uma maneira ativa, nisso agradeço ao pessoal de Rio Claro, da Unesp Rio Claro, que complementou muitas ações muito legais. É isso que eu quero agradecer.

02:05:39 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, senhor Paulo Fraga Sibeira. Desculpe não ter conseguido ler direito, é Sibeira, eu tinha falado Oliveira. Deixa eu só registrar aqui, até agradecer aqui a oportunidade, o senhor tinha falado em dilação de prazo. Na verdade, até já esclarecer porque teve algumas pessoas que já levantaram essa questão. Na verdade, a Audiência Pública, ela não tem um caráter de deliberação, ela não tem um caráter de finalização, exatamente pelo contrário. Nós estamos ainda, vai ter ainda um longo processo pela frente. O Fábio, depois vai poder explicar, mas ela não finaliza aqui, muito pelo contrário, é uma fase de oitivas, colher informações, depoimentos, críticas, sugestões, tudo isso vai constar no processo, só lá na frente, depois da manifestação final da Cetesb, é que retorna ao plenário do CONSEMA, e lá sim é que se tem uma nova exposição, vai ser convidado novamente os expositores, obviamente, a sociedade vai estar também convidada já para ter essa devolutiva, isso em plenário do CONSEMA. Agora, só para esclarecer, portanto, que tinha falado em dilação de prazo, ainda vai ter bastante, vai percorrer bastante caminhos ainda esse processo e nós, obviamente, vamos estar atentos e de portas abertas para receber a qualquer momento, não só nesses cinco dias úteis, também a Cetesb vai estar para receber todas as contribuições, estudos complementares atinentes aqui a esse debate. Me desculpem a intromissão, não é nosso costume, mas só mesmo para esclarecer, eu acho que é bem, é o momento propício para isso. Muito obrigado pela oportunidade, então gostaria de convidar agora Andréa Rodrigues Fabi para fazer uso da palavra e, na sequência, será Paulo Sérgio Monteiro da Costa. Andréa está aqui conosco. De qualquer forma, está registrado, caso ela retorne aqui a esse recinto, ela vai ter a oportunidade de falar dela garantido. Então, Paulo Sérgio Monteiro da Silva ... da Costa. Eu vou falar no nome do próximo, que é o Paulo Roberto Mendes Moço. Está bem

pertinho. Depois do senhor Paulo Roberto vai ser Edson Donizete Alves. Senhor Paulo Roberto, seja bem-vindo. Obrigado pela participação. Obrigado.

02:07:58 Paulo Roberto Mendes Moço: Pessoal, boa noite a todos. Acho que uma grande maioria dos presentes me conhecem. Eu sou morador, acredito que um dos mais próximos da Pedreira. Moro ali há 30 anos. Construí minha casa ali, é até mais próximo da Pedreira do que a Dona Francisca e do que o pessoal do condomínio Veneza. Então, eu posso falar com propriedade, eu não tenho problema na minha casa. Tem tremores? Pessoal, eu não interfeiri na quando vocês falaram, então, por favor, me respeitem. Eu não tenho problema na minha casa. A casa do meu sogro que fica mais perto ainda, em torno de 250 metros, foi construída com base em alicerce de pedras, não tem concreto, tijolo assentado com barro, e nós não temos problema na casa, então eu estou pondo o meu ponto de vista. Eu estou questionando ninguém que já falou aqui, estou pondo a minha opinião. Com relação a 2012, eu fui contra a zona zen também, participei das manifestações em função do volume de área que se queria decretar como zona zen. Hoje eu não tenho problema com a Pedreira, e os problemas pontuais, nós tratamos com os proprietários da Pedreira, que é o grupo estrutural e hoje o arrendamento, o grupo base. Então eu não vejo problema da continuidade, os estudos estão sendo feito, as compensações estão sendo feitas, a Pedreira recuperou todo o córrego que nasce no sítio do meu sogro, eu sou vizinho, a Pedreira recuperou a área dela, não recuperou o sítio do meu sogro, ela recuperou a área da Pedreira, no sítio, não, não teve intervenção no sítio, e a senhora quando falou, eu não interferir na conversa, sua senhora concorda comigo? É só uma questão de respeito. Então, eu não tenho objeção à construção, eu falo em nome dos meus amigos que estão sentados ali, um pequeno grupo de pessoas humildes que vivem do salário da Pedreira. Eu acho que o grupo que tem um poder aquisitivo maior aqui dentro, que é o que está se manifestando, devia pensar nessas pessoas também. Quem vai gerar emprego para eles depois? A senhora? O meu poder esquisito, eu sou formado em biologia e trabalho como funcionário. Eu trabalho como um funcionário qualquer, e eu sou prestador de serviço também. Eu fui secretário de meio ambiente de Jaguariúna por duas vezes, mas isso lá no passado, em 2000 e em 2009, eu não atuo na prefeitura mais. A secretária de meio ambiente está aqui à nossa frente, eu atuo na prefeitura, Rita? Eu questiono a prefeitura, você concorda comigo? Então é assim, é tudo uma questão de ponto de vista, e a gente tem que preservar o emprego dessas poucas pessoas. Com relação aos problemas nas casas, eu acho que é pontual, cada um que resolva o seu problema, porque os meios para conseguir isso estão aí. Eu acho que assim, o poder aquisitivo das pessoas que estão aqui é bom, eles têm condições de pagar um advogado e entrar com uma ação contra a prefeitura, ou contra a empresa. Obrigado.

02:11:45 Anselmo Guimarães: Perfeito, senhor Paulo Sergio, muito obrigado pela participação. Fica registrado também todas e quaisquer manifestações aqui. Gostaria de chamar aqui Paulo Roberto Mendes Moço pra fazer o uso da palavra. Ah... Perdão... é o Paulo Sergio que não estava... ok, ok. São dois, na verdade três Paulos da sequência... Edson Donizete Alves? Murilo Cerri Ramos? Está aqui conosco, Murilo? Já saiu, não é? Fernando Pinto Catão? OK, então agora já encerrando aqui esse bloco, antes da gente passar a manifestação dos parlamentares, gostaria de chamar o professor Marcus Avezum, aqui conosco, ele que trouxe aqui a comunidade estudantil da Unesp de Rio Claro. Muito obrigado pela participação, professor, a palavra é sua, obrigado.

02:13:00 Marcus Avezum: Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar o diretor executivo, Anselmo, Fábio da Cetesb, demais presentes. Agradecer a oportunidade de trazer os alunos aqui para participar e ter uma experiência, uma vivência prática de um processo de licenciamento, e o licenciamento, na verdade, a Audiência Pública era exatamente esse espaço de discussão de opinião, de colher as informações, as dúvidas, os questionamentos. Então, venho aqui colocar dois pontos que eu acredito que seriam importantes para enriquecer, na verdade, esse estudo ambiental, no sentido de buscar um entendimento entre empreendimento e comunidade, não é? Então, inicialmente, parabenizar a equipe que elaborou o EIA pela riqueza de informações, que apresentou, porém eu observei uma divergência entre os dados apresentados no EIA e os dados apresentados pelo responsável pela equipe técnica. No caso, no EIA se fala numa área de 10 hectares, aproximadamente, e na apresentação foi falado em 8 hectares e pouco, enfim, teve uma alteração. Porém, no estudo consta ainda os 10 hectares. Outra questão diz respeito à manifestação ou ao aceite, a opinião da população em relação ao empreendimento, e também o que consta no EIA e o que foi colocado pela equipe técnica. E para finalizar, eu acredito que a viabilidade do empreendimento, que é isso, o licenciamento ambiental, avalia exatamente isso, é a viabilidade ambiental, principalmente uma licença prévia que se busca avaliar a viabilidade locacional desse empreendimento, ou seja, a capacidade de suporte do meio de receber esse empreendimento ou dar continuidade a esse empreendimento, ela deve ser pautada num estudo que traga, na verdade, dados que tenham, que sejam atuais. E eu não sei exatamente qual foi o transcorrer de todo o processo, o EIA foi apresentado, me parece, em 2016. Os dados que constam de qualidade da água superficial, qualidade da água subterrânea, qualidade do ar, material particulado, material particulado de 10 micros e tal, que são informações, eu acho que causam, na verdade, grandes conflitos, esse estudo poderia, na verdade, todas essas dúvidas poderiam ser melhor tratadas com estudos mais recentes, mostrando a qualidade do ar, mostrando a qualidade da água, mostrando como é que está a dinâmica, a parte de hidrologia, a questão do fluxo de água subterrâneo. Questões mais recentes, e não tão defasadas como de 2015, porque eu acredito que um bom estudo, a credibilidade de um estudo ambiental, ele está pautado em dados da atualidade, da capacidade de suporte do meio que você vai intervir. Basicamente, é isso. Muito obrigado, eu agradeço.

02:16:20 Anselmo Guimarães: Obrigado. Agradecemos aqui pela participação, professor Marcus Avezum. Vamos passar agora então, ao próximo segmento, gostaria de chamar agora os vereadores representantes aqui então do poder legislativo municipal. Vou chamar aqui pela ordem, nós já chamamos o vereador Afonso Silva, estava anotado aqui, mas também estava na outra lista, perdoe a nossa gafe, mas já ficou registrado aqui os questionamentos. Na sequência, a gente vai comentar novamente. Gostaria, então, agora, pela ordem que nós temos aqui que foi passada, o vereador Erivelton Marcos Proença. O vereador Ton Proencio, aqui do município de Jaguariúna. E depois teremos a participação do vereador Walter Luiz Tozzi de Camargo. Vereador Ton Proencio, seja bem-vindo. Muito obrigado pela presença e pela contribuição. Vereador são cinco minutos neste momento, obrigado.

02:17:17 Ton Proencio: Bom, primeiramente boa noite. Obrigado pela presença de vocês. Obrigado pela presença de todos aqui. Algumas pessoas não queriam que a gente divulgasse a Audiência Pública. Eu não sei por que, mas eu recebi várias mensagens de gente incomodada com a gente, tentando fazer com que a sociedade civil participasse desse momento tão importante. Ressalto aqui que, em relação à

questão do emprego gerado, ninguém aqui é contra a geração de emprego e renda, muito pelo contrário, como um representante da população de Jaguariúna, eu sempre defendi aqui a geração de emprego e renda. Mas eu ressalto que antes de defender a geração de emprego e renda, como um liberal, como um republicano, eu defendo a propriedade privada. Eu defendo o princípio da não agressão, isto é, todos são livres para fazerem aquilo que quiserem, para escolherem aquilo que querem para as suas vidas e para o seu futuro, desde que não agridam e não violem a propriedade privada dos outros, inclusive a vida. Portanto, que está sendo discutido aqui nesta noite, desculpe-me, mas não é somente essa questão da extração do minério ou da ampliação, mas é a propriedade privada das pessoas, é a vida das pessoas. Muito me estranha que alguém se posicionar como a maneira que foi posicionada aqui. Eu me lembro muito bem dessa gestão de 2009. O fracasso que foi para a cidade de Jaguariúna. Eu, como um jovem que ainda estava na escola e acompanhava a política ainda lá nos caminhões de comício, ali, acompanhava um pouquinho da história da cidade. Eu me lembro bem o que foi feito com a cidade de Jaguariúna. Eu me lembro bem o que deixaram para a população pagar depois. Quero fazer algumas perguntas ainda para que sejam levadas em consideração. Hoje falamos muito da questão da economia verde. Existem vários fundos de investimentos procurando locais para investir. E aí, uma empresa desse porte, eu faço aqui o seguinte questionamento, essa empresa tem atendido às metas que são colocadas na agenda 2030, definida pela ONU? Essa empresa tem adotado e cumprido as metas do ISD? Essas são perguntas que eu gostaria de entender, porque para mim me soa muito, mas muito estranho o que a empresa entregou como contribuição para a cidade é uma comunicação social de uma campanha de dengue. Desculpe-me, mas a prefeitura de Jaguariúna faz isso tranquilamente. Nós temos leis aqui para adoção de praças, espaços públicos, áreas verdes. Quantas a empresa se compromete a adotar? Gostaria de fazer uma pergunta para os funcionários aqui, eu no dia a dia, acompanho aqui o alto índice de déficit em vagas de creche. A empresa paga a creche dos filhos de vocês? Por último, eu gostaria de saber, qual é a quantidade de ISS que a empresa devolve, aliás, arrecada e fica no município? Da porcentagem de ICMS arrecadado, qual é a porcentagem que volta para o município de Jaguariúna? Essas são algumas questões que gostaria de colocar aqui. E ainda lhes contaram uma história que ouvi de uma senhora essa semana. Que há muito tempo atrás ela me relata que na escola Amâncio Bueno, onde hoje é a prefeitura, houve uma explosão que colocou a cozinha ao chão, e as crianças passaram dias comendo pão com carne moída, porque se comprava a merenda numa venda próxima, e a empresa, até onde sei, até onde me foi relatado, não fez nenhum reparo. Muito legal a funcionária aqui da empresa ter falado sobre a questão que dá para construir alguma coisa consensual, eu só queria entender por que isso não foi feito antes? Por que eu ainda recebo reclamações constantes dos moradores aqui da cidade, das suas casas depredadas e nenhum reparo feito? Por que que a gente não pode começar a fazer isso agora, hoje, nesse momento? É só isso que eu gostaria de entender aqui e gostaria que os senhores levassem em consideração e, principalmente, considerassem as pessoas que aqui estão nessa tarde, aliás, disseram para mim que aqui havia interesses de loteadores, latifundiários. Eu vou fazer uma pergunta aqui, vocês só respondem sim ou não: tem algum loteador aqui? Tem algum latifundiário aqui? Eu não vejo, o que eu vejo aqui são pessoas humildes que moram perto da Pedreira e tem as suas casas e a sua propriedade privada violada, e a gente sabe que esse é um direito fundamental, constante na Constituição Federal do nosso país. Boa noite a todos.

02:23:25 Anselmo Guimarães: Esse foi o vereador Tom Proença, de Jaguariúna, muito obrigado pela participação, vereador. Gostaria de chamar aqui o vereador Walter Luiz Tozzi de Camargo a participar aqui conosco da Audiência Pública e fazer também a sua manifestação. Na sequência, vou convidar também o vereador Vanderlei Teodoro Filho. Vereador, muito obrigado pela acolhida e participação aqui nesse evento, por favor, a palavra é sua.

02:23:54 Walter Luiz Tozzi de Camargo: Obrigado, boa noite a todos. É um momento importante da nossa história estarmos debatendo um assunto de alta relevância para nossa cidade. Já é público, e muitos que me antecederam deixaram isso muito claro. E hoje, esse empreendimento já faz parte da história da cidade, inclusive trazendo alguns prejuízos para ela. Fiquei feliz de ouvir os jovens que vieram aqui da universidade colocando pontos extremamente relevantes. Detalhes de um relatório muito extenso, onde vocês se debruçaram para poder analisá-lo. Ouvir o depoimento das pessoas que já passam os seus 80 anos contando a sua história de vida que foi construída com muito trabalho. Ouvir o depoimento também relativo ao patrimônio histórico, que muitas vezes é esquecido. Mas está diretamente atrelado àquela região, muito próximo à origem da cidade da área de exploração. Ver a nossa OAB aqui representada pela doutora que me antecedeu trazendo o posicionamento de um órgão sério, um órgão que se preocupa sim com a sociedade por décadas. Sabemos que o direito de lavra pertence à união. Que a licença de funcionamento é o estado, por isso dessa audiência. E o direito econômico de exploração de serviços ao município. Somando tudo isso, a pergunta que deve ficar em cada um de nós: Continua ou para a atividade? Expandir a atividade é prejuízo ou trará algum lucro para o município? Eu não quero ficar me atendo aqui somente em questões econômicas, eu acho que maior que tudo isso que foi dito, maior bem e patrimônio que Jaguariúna tem são as suas pessoas, são a sua gente. Pessoas que realmente, por trabalho, chegaram a construir a história dessa cidade. Pessoas que, como meus antepassados, passaram aqui trabalhando e fazendo o lema da cidade ser verdadeiro, fé e trabalho. Então, eu não posso deixar de ouvi-los. E a Câmara Municipal também não pode se calar a isso. Tem que ter sim, equilíbrio. Tem que ter sim, ponderação. Tem que ter a luz da lei, claro, para poder tomar a decisão. Mas a Câmara tem que se manifestar e se posicionar. Acredito que a discussão é ampla, como foi bem dito aqui, a instrução do processo começa. E nós vamos ter muitas fases ainda. Mas eu gostaria que os senhores que aqui representam nessa Audiência levassem a mensagem que o poder econômico não deve se sobrepor a vida das pessoas. O poderoso, infelizmente, muitas vezes tem vantagem nesse país, mas que seja feito a análise através dos olhos do que os senhores ouviram e viram aqui nessa noite. Não percam a luz do direito, mas, acima de tudo, tem um espírito de humanidade, porque quem está reclamando aqui está falando não só de uma casa, mas de uma vida toda. Obrigado a todos.

02:27:26 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, senhor vereador Walter Tozzi, muito obrigado pela participação, vereador. Gostaria de convidar agora o vereador Wanderlei Teodoro Filho. O vereador está aqui conosco. Bom, então agora eu vou convidar para encerrar, então os pronunciamentos dos integrantes desse nosso plenário de hoje, a vice-prefeita e secretária do meio ambiente de Jaguariúna, doutora Rita Bergamasco. Por favor, gostaria de convidar, então, para fazer uso da palavra. Secretário, muito obrigado pela participação. Novamente, em nome da senhora, agradeço a toda a população aqui que está demonstrando um espírito democrático e também de participação social enorme. Nós agradecemos aqui, em nome do CONSEMA do estado de São Paulo, a acolhida aqui nesse município, por favor, prefeito.

02:28:40 Rita Bergamasco: Boa noite. Iniciamos aqui às 17 horas. E eu fico muito feliz, quero parabenizar vocês dois que estão no comando dessa Audiência e parabenizar toda a população presente aqui no teatro essa noite. Bom, eu tenho uma trajetória pública, mas eu também tenho uma trajetória de vida nessa minha cidade. Eu nasci aqui, tenho 64 anos, e nasci ouvindo os estouros da Pedreira. E aquilo, há tantos anos atrás, passou a ser a rotina da gente, passou a ser rotina. A gente conviveu com aquilo. É claro que a cidade cresceu, a Pedreira era zona rural. Mas o município de Jaguariúna, graças a Deus, ele é um município que cresce mais que a região metropolitana de Campinas, mais que o estado de São Paulo. E a Pedreira, ela se tornou, na verdade, um grande incômodo para o município. Por todas as razões que aqui foram colocadas e a gente respeita a opinião de todos vocês, e cada um com a sua visão. Mas hoje, uma expansão da Pedreira, significa a gente ter danos muito grandes na questão, não só ambiental, mas como acho que disse várias pessoas aqui, na questão de vida das pessoas. A população de Jaguariúna, pelos dados que foram colocados aqui, que foram colocados, são muito poucos, a população ela não foi consultada. Foram 42 pessoas consultadas. Quantas pessoas a gente perguntar nessa cidade se é a favor ou contra a continuidade da extração da Pedreira, eu vou dizer para vocês, com toda a clareza, 99% da população é contra, quanto mais há uma expansão. Aí vocês perguntam, nossa, mas a vice-prefeita está falando isso? Estou gente, estou, porque eu tenho a minha opinião. E como vice-prefeita, eu vou fazer aquilo que for possível para garantir o bem-estar da minha população. Então, se for preciso a gente tomar ações e medidas para que a gente não aprove, porque o município, infelizmente, o município fica com o ônus. O município não fica muito com o bônus porque. A união e o estado decidem, e o município é cobrado. Então é assim, vamos ver o que é que o município pode fazer para que não haja a expansão da Pedreira de Jaguariúna. Essa é a minha opinião, e é o meu desejo enquanto munícipe, enquanto pessoa pública que sou, estou me colocando à disposição de toda a população, e vou dizer, gente, não sou candidata nas próximas eleições, então não estou fazendo isso para nenhuma métrica, estou fazendo isso porque acredito que Jaguariúna merece uma não expansão da Pedreira municipal. Então quero deixar aqui a minha disposição, e com todo respeito, aos funcionários, que trabalham duro, que dão duro, e a gente sabe que ninguém aqui quer que ninguém perca o emprego. Mas eu acho que assim, me desculpa, é ridículo o que a Pedreira até hoje fez para o município de Jaguariúna, perto do dano que ela já causou. Gente, desculpa, atender 120 pessoas. Nós temos aqui programas que atendem 10 mil, 11 mil. O município tem política pública. Então, 120 que atendeu lá atrás, a desculpa, gente, é brincar com a gente. Então, por favor, eu acho que, como vocês disseram, é o início de uma discussão. Então eu estou me colocando à disposição, tanto dos órgãos federais, estaduais e da população para que a gente embarque junto. A gente não quer que ninguém seja prejudicado, mas nós não queremos a expansão da Pedreira de Jaguari.

02:34:10 Anselmo Guimarães: Muito obrigado. Essa foi a vice-prefeita Rita Bergamasco, também secretária de meio ambiente municipal. Muito obrigado. Por alguma razão, algum lapso, acabou não constando aqui nas nossas listas de inscritos, mas eu faço questão até de convidar para fazer o encerramento das falas, já pedindo aqui, fazendo a nossa “mea culpa”, gostaria de convidar, então, o presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, vereador Romilson Silva, agora sim, encerrando portanto as manifestações desse egrégio plenário. Muito obrigado, presidente. Seja bem-vindo. Muito obrigado pela participação. Obrigado pela hospitalidade.

02:34:53 Romilson Silva: Boa noite a todos. Cumprimentar a mesa aqui, pessoal do estado, queria cumprimentar o público presente, cumprimentar aqui a amiga vice-prefeito e secretário do meio ambiente, Rita Bergamasco. Cumprimentar os colegas vereadores que se fazem presentes aqui, amigos da Câmara Municipal. Eu queria também aqui, com base na fala de todos também, declarar e deixar aqui a minha satisfação [na condução dessa Audiência, não fomos aqui, em momento algum, informados ou convidados, o vereador Silva colocou aqui com bastante clareza, acho que um assunto dessa envergadura, dessa importância, deveria ter tido uma relevância maior na questão de chamar a comunidade, chamar a cidade, chamar os poderes, executivo não foi consultado, legislativo também não foi consultado, ficamos sabendo por terceiros, se não fossem os terceiros que nos avisassem, não estaríamos aqui presente hoje nessa reunião. Como bem falaram por todos, é um assunto sensível de Jaguariúna, que essa questão da Pedreira, e nós, os eleitos aqui, vereadores, a vice, né Rita, a gente escuta a população e faz o que a população quer, a maioria de seus moradores, para isso, nós estamos eleitos. Queria também destacar, importante que lá atrás, em 2013, éramos colegas vereadores, já estávamos, naquela época, como vereadores, e revogamos a lei da zona zen, para os senhores ficarem sabendo aqui, eu já estava vereador em 2013 e revogou, né Rita, a zona zen que foi criada lá atrás, já ouvimos a população, várias Audiências Públicas foram feitas, inclusive nosso amigo aqui presidente, João Rodrigues, acompanhou essas Audiências. Lá atrás ouvimos a população e atendemos os anseios dela naquela época, como bem falei aqui, esse é o trabalho do eleito, é ouvir a comunidade. Também, em 2015, a questão do código de postura. Onde votamos lá e aprovamos o código de postura, mais uma vez, escutando a comunidade, ouvindo a população, nem sempre sai a contento (02:36:53), acho que naquele momento, lá em 2013, 2015, ouvindo os anseios da comunidade. Queria aqui deixar também a minha posição com base no que todos falaram, para a gente ter muito cuidado nesse tema, acho que é só um começo, como foi bem falado aqui, não é nenhuma decisão, mas enfim, que a gente discuta com muita tranquilidade esse assunto, um assunto importante e que mexe com a cidade. Principalmente, uma coisa que me preocupa muito é a questão da água. A Rita aqui é secretária do meio ambiente. A gente sabe o perrengue que passou nos últimos anos para a gente manter essa questão da água. A gente não pode colocar em risco, de qualquer jeito, a gente vir a ter problema com a água do nosso município nessas questões aí da Pedreira. Como o Ton bem falou aqui, que ninguém quer fazer lacração nenhuma aqui na questão do emprego, enfim, não é esse o propósito, a gente respeita a todos aqui a gente sabe, lá tem funcionários, não está em pauta aqui a gente cercear aqui o direito de ninguém investir no município ou desempregar ninguém, muito pelo contrário, defendemos muito essa causa do emprego, acho que a gente tem que buscar sempre um equilíbrio, o que é o equilíbrio? O equilíbrio é o que está bom para a maioria. Veja aqui uma insatisfação grande da maioria dos moradores, então a gente tem que abrir essa discussão de maneira mais ampla. E deixar dois questionamentos aqui importantes para a empresa, em relação à contrapartida da Pedreira Basalto, uma coisa que sempre me incomodou ao longo desses anos, principalmente ao longo da vereança, já estou no meu 11º ano como vereador. Eu queria saber o que a Pedreira Basalto, em contrapartida para o município, até hoje eu não fiquei sabendo ainda, eu queria entender, o que foi falado aqui na fala da Pedreira, que ela interage com município, enfim, eu queria saber qual que é essa interação que tem aqui com o Município no sentido de contrapartida. Foi falado aqui pela moradora aqui a questão do asfalto do Morro do Catão está do lado, não poderia ter uma contrapartida da Pedreira Basalto estar fazendo esse asfalto que está do lado da Pedreira? A gente tem uma briga aqui, não é Ton? Ton, Walter Tozzi,

está aqui o vereador José Muniz, enfim, a gente abriga hoje um problema que a gente tem grande no município, a questão de asfaltamento. Bom Jardim, Floresta e Antônio Jardim. Estamos com uma briga de anos, será que poderia ter uma contrapartida da Pedreira? Não sei, ou talvez não fazer na sua totalidade do asfalto ou entrar com alguma coisa, com a pedra, não sei. Então, isso que eu queria entender, o que a Pedreira Basalto ela está disposta a dar de contrapartida para o município, nem nem falo em expansão, eu sou contra a expansão da Pedreira Basalto, mas ao longo desses anos e nesse período que ainda tem de exploração, o que ela estaria disposta a dar de contrapartida ao município? Fazer creche, fazer escola, qual investimento poderia nos estar dando? Acho que valeria a pena, num momento oportuno, sentar o executivo, a gente fazer essas tratativas. Inclusive, Ton, na última reunião que tivemos na Câmara Municipal, não chegou para a gente o que foi pedido naquela época. Nós pedimos um estudo em relação às casas dos senhores que tem trincas, ia ser feito um estudo pela Pedreira Basalto, e não foi retornado esse estudo. Acho que há dois anos atrás, nós não sabemos qual é o impacto que tem isso. E outra pergunta importante também: as casas dos moradores estão com trincas, estão com essas avarias, a Pedreira Basalto vai se responsabilizar por isso? Vai ter uma responsabilização nessa direção? Então, são esses os questionamentos que eu deixo aqui, também quero reforçar, também sou contra essa expansão, mas de qualquer jeito a gente está todo mundo aqui tendo conhecimento agora, a gente não sabe o que tem isso aí. Bem, o Walter falou que a gente entende e respeita as entidades e as leis, mas não está bem preparado esse tema. Então vamos fazer novas Audiências. Quero, se possível, que a Câmara Municipal seja informada nos próximos eventos e Audiência, que envolva também o poder executivo, porque é uma discussão importante. Nós temos aqui nossa figura principal, de Jaguariúna, que são vocês, os moradores, nosso respeito é com vocês, principalmente, que moram no entorno da Pedreira Basalto. É só isso, queria agradecer a todos, estou à disposição. A casa está à disposição, os vereadores, fiquem com Deus, uma ótima noite.

02:40:43 Anselmo Guimarães: Muito obrigado. Esse foi o presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, o vereador Romilson Silva. Muito obrigado pela participação, vereador. Com isso, encerramos essa parte que é a parte central da Audiência Pública, é a mais importante, obviamente, é o objetivo principal dela, principalmente para nós aqui como órgãos detentores aqui da análise, não só análise técnica, mas depois da análise, vamos dizer assim, até política, quando está no âmbito do plenário do CONSEMA. Foi muito produtiva, muito respeitosa e agora nós vamos passar a etapa de respostas e comentários. Neste momento vão ser designados 30 minutos para que os representantes da empresa proponente e também da empresa responsável pela execução do estudo técnico, que eles venham até aqui fazer uso da palavra e prestar os informes e os comentários naquilo que, obviamente, for possível já fazer neste momento. Tem algumas contribuições que vão ser encartadas no processo. Perfeito, só para registrar a pergunta que foi feita, muito obrigado até pela oportunidade. Nós vamos falar isso depois também, o Fábio vai poder falar, mas só registrar a pergunta, se tem algum lugar na internet que a população possa ter o acompanhamento desse processo? Eu vou pedir mais perto do encerramento, se for possível, o Fábio vai fazer a fala dele, que vai poder também informar. O estudo já está em consulta pública na internet, na página eletrônica da Cetesb, mas depois ele vai passar direitinho o caminho. Eu vou convidar o Fábio Boaventura para vir para cá e, na sequência, também vamos chamar o Régis para fazer uso da palavra. Deixa eu só esclarecer uma questão de ordem aqui, até pelo CONSEMA. Queria informar que a postura do CONSEMA e

também da Cetesb, ela é absolutamente imparcial com relação a análise dos processos em questão. Nós fazemos a análise, nós pedimos para o empreendedor, por força legal, por força da normativa do CONSEMA, que após a divulgação do edital de convocação ele faça imediatamente a divulgação na mídia da região, e nós pedimos para receber esse relatório antes da Audiência Pública. Eu gostaria até, em observância, e garantir ao princípio da transparência, já informar aqui sobre esse relatório de divulgação rapidamente, se me permite, até para ficar registrado aqui. No dia 12/07/2023, foi publicado o edital de convocação de responsabilidade do CONSEMA. Foi também publicado no jornal O Estado de São Paulo, dia 14 de julho, publicado edital de convocação no jornal O Regional, em 14 de julho, 21 de julho e 28 de julho. E no jornal de Jaguariúna, no dia 14 de julho, 21 de julho, 28 de julho. Em radiodifusão essa foi a Estrela FM. Foram feitas 168 inserções, entre 26 de julho até 10 de agosto. Esses são os relatórios aqui que tenho em mãos, obviamente vão ficar disponibilizados no processo. O CONSEMA obriga que seja feita a divulgação em três veículos de comunicação distintos, no mínimo em três datas distintas. E essa é a obrigatoriedade formal. São convocados para Audiência Pública os representantes do empreendedor e da consultoria, e são convidados os atores locais, autoridades e Ministério Público. Então, o CONSEMA encaminha o convite para essas autoridades, ao que nos consta, na verificação prévia que nós fizemos aqui, foi encaminhado pela caixa corporativa e pela caixa institucional do CONSEMA. O convite às autoridades, contudo, visando aqui o compromisso, então a essa imparcialidade e transparência, nesse comprometimento nós vamos fazer a verificação, em atendimento até do que for colocado aqui pelos senhores vereadores e vamos fazer essa verificação e qualquer providência e qualquer questão em desacordo, endereços errados, nós vamos adotar as providências necessárias no âmbito do processo. Então fica aqui esse registro do nosso compromisso e também o compromisso da Cetesb, obviamente com a garantia do amplo processo legal aqui. Por favor, Fabio Boaventura, a palavra é sua.

02:45:30 Fabio Boaventura: Alô, estão ouvindo? O pessoal da técnica, está ouvindo? Pessoal da técnica, só põe o slide 3, por favor, só queria falar um pouquinho. Pessoal, eu hoje sou a Basalto aqui, eu sei que vocês devem estar querendo que a gente vá embora, pelo que eu ouvi, tem muita reclamação, mas com todo o cuidado, sou eu a cara da Basaltos, é comigo que vocês vão falar. E eu anotei tudo. Tentei anotar tudo. Claro que as partes mais técnicas fica difícil de anotar, mas a gente... está tudo respondido. O DAEE analisou a questão da outorga, analisou a questão do lençol freático e foi feita a análise de um modelo de software específico. Eu não sou técnico na questão de Aquífero, mas eu sei que isso é importante, tá? Bom, é a questão que mais está pegando é a questão da vibração e ruído. Hoje, a Basalto opera em 20 unidades no Brasil todo. Nós temos unidades que têm casas mais próximas, como as que tem hoje da dona, desculpa, da dona Maria, não calma. Eu anotei o nome daqui. A dona Magali Veneza, e depois falou Veneza de novo, da senhora Ana Beatriz e da dona Ana Francisca. Não é isso? Vizinhas do município. Eu sei como é ter um empreendimento que incomoda a gente. Só que a Basalto tem formas de melhorar esse desmonte. Há hoje tecnologias que a gente pode melhorar o desmonte e isso é feito. A Cetesb obriga que a gente faça. O que que a gente faz hoje? Eu vou tentar colocar um slide para mostrar a vocês que a gente tem que ser técnico. A gente tem que mostrar padrões de vibração e ruído, que a norma diz. Acontece o seguinte, às vezes é subjetivo, para alguns é mais e para outros é menos. Então a gente tem que ter níveis que são médios para grande população. O que a gente faz? Acho que aqui dá pra mostrar. A gente faz monitoramento, né? A gente coloca sismógrafos no chão, onde

acontecem os desmontes, o nome mais técnico, a explosão, o desmonte. Então, o que acontece, o desmonte tem que ser monitorado. Todos os nossos monitoramentos estão dentro das normas, se está acontecendo alguma coisa na casa de vocês, a gente precisa olhar isso, entendeu? A gente foi no asilo aqui e fez monitoramento. Então, assim existe o asilo, é aqui, não é? A gente foi nesse condomínio aqui. Qual é esse condomínio? Não tenho, desculpa, familiaridade, mas nós medimos. O que eu quero dizer com isso, a gente está aberto, entendeu? A nossa, a nossa, nossa... Eu concordo com a senhora. Eu não estou dizendo que nenhum desmonte... algum desmonte pode ter ocorrido para fora, isso acontece. Então vamos colocar a gente se... Não, mas a gente coloca, a gente não, gente.

02:48:29 Anselmo Guimarães: Por favor, permita, Fábio. Com licença, só me permitam aqui, o regramento do CONSEMA, infelizmente não permite essa...

02:48:38 Fabio Boaventura: Está tudo bem, desculpa, Anselmo.

02:48:39 Anselmo Guimarães: Só um minutinho, eu vou pedir só um momento, por gentileza a todos, obviamente, para ele fazer a fala dele da forma como ele organizou.

02:48:50 Fabio Boaventura: Sim, eu não tenho problema, deixa eu só responder o seu João.

02:48:52 Anselmo Guimarães: Desculpa, não é questão de você ter problema, é que, regimentalmente, nós não permitimos essa duplicidade de manifestação, eu...

02:48:58 Fabio Boaventura: Então, assim, só para explicar.

02:49:00 Anselmo Guimarães: Vou pedir a compreensão de todos e depois os questionamentos, a gente aceitaria os questionamentos por escrito. Me desculpe, é uma questão regimental e eu, da mesma forma que eu estou aqui para zelar por essa imparcialidade, me permitam aqui a indelicadeza, então, de pedir a todos, então, da gente ouvir a fala da forma como foi organizada aqui pelo Fábio. Sei que nem todas as falas vão agradar, vão ser aquilo que todos gostariam de escutar, mas de qualquer forma, nós estamos aqui tomando nota. Tudo isso vai ficar registrado e, obviamente, aquilo que não for satisfatoriamente respondido aqui vai ser no âmbito do processo processo. Então, peço a todos a compreensão. Por favor, prossiga.

02:49:41 Fábio Boaventura: Senhor João Rodrigues, duvidar da idoneidade das pessoas, isso não é legal. Entende? Ser irônico com as pessoas. Nós somos técnicos, eu estou aqui também como um trabalhador qualquer. Então eu estou sendo de peito aberto, falando as verdades para vocês. Se está ruim, a gente tem que melhorar isso, não é possível, entendeu? Só que uma Pedreira tem um problema, que é a alternativa locacional, a pedra, a natureza colocou pedra ali, a gente está explorando ela ali, para que a gente continue explorando, porque todo mundo precisa da mineração, isso é um fato, é só ver o que que a gente usa de mineração. A gente vai abrir uma outra mineração, vai fazer uma outra supressão, vai criar um outro impacto. Isso é o que estudos dizem, é pior do que continuar com o empreendimento. Está bom? Se está ruim, a gente vai melhorar, isso é fato. Eu cuido de outras Pedreiras, tão perto quanto, e a gente fez um posto de saúde, a gente fez uma creche, final do ano a gente doou brinquedos, a gente doou ovos de páscoa, então assim, a gente tem isso. Desculpe, presidente da Câmara, se não há um contato muito próximo, vamos criar esse contato. Vamos asfaltar as ruas que estão lá. A mineradora tem que ser próxima da comunidade, não é balela isso que eu estou falando, não funciona se não for assim, vocês sabem disso. Vocês vão criar um ruído que não vai acontecer e a gente precisa

disso. A gente é uma comunidade que tem que ter uma sinergia, tem que trabalhar junto. Então, o que eu preciso? Eu preciso saber onde é que precisa ser monitorado. A gente tem que ver os índices de vibração e ruído. Está caindo TV? Esqueci o nome dela, como que caiu a TV? Isso não é possível que caia TV, assim uma explosão. Da Melissa? Não é Melissa não, perdão, da Magali, não, Magali, não foi. Perdão, gente o nome eu não sei, mas eu anotei atentamente, eu tenho preocupação com isso. Eu lido com a população, entendeu? O cara me liga no ZAP, fala Fábio, olha poeira aqui, está ruim, estamos em época de seca. Realmente, eu liguei para o coordenador na hora e falei o que está acontecendo aí? Ah, o caminhão pipa quebrou. Foi pontual, são coisas que acontecem, mas não podem acontecer, são coisas de uma operação, nós precisamos melhorar, é uma melhoria contínua. É isso que nós buscamos. Eu estou dando a cara aqui e vou dar sempre. Eu sei que vocês estão nervosos. Eu tenho um empreendimento do lado da minha casa, que é aquele *Beach Tennis*, não sei se vocês conhecem, é moda agora, que dá show, quarta-feira, quinta-feira, até às 11 horas da noite. Só que eu não consigo falar com ninguém lá. É um esquema, não sei quem mexe com aquilo. Eu não consigo falar. Gente, eu estou aqui, eu vou falar. Exatamente, vamos. Eu não posso falar porque é regimental, não posso debater. Eu entendo, é super angustiante da parte do senhor. Eu entendo, angustiante, então, vamos lá, eu sou engenheiro, eu vou lá olhar, vamos fazer um laudo, vamos laudar isso. Eu vou. Hoje.

02:52:45 Anselmo Guimarães: Vou pedir depois para vocês, após o término, se for possível, vocês fazerem esse contato.

02:52:50 Fábio Boaventura: Eu não estou aqui para brigar, entendeu? Eu quero conversar. É isso que eu quis colocar, pessoal. A minha fala aqui hoje é essa. Eu sei que a grande problemática que eu tenho é tentar compilar aqui. Vibração e ruído. Existem normas. Nós estamos seguindo as normas. Nós queremos melhorar. A norma não está atendendo, vamos ver o que a gente pode fazer. Vamos lá olhar, vamos colocar. Eu fui lá colocar no condomínio, fui lá colocar num asilo. A gente colocou os sismógrafos. Quanto mais perto do fogo, quanto mais perto do desmonte o sismógrafo estiver, e ele dentro das normas, vou colocar mais longe, por consequência, vai dar menos, entendeu? Então a gente é restritivo, a gente monitora perto para que lá longe a gente consiga alcançar se a gente está alcançando aqui perto. Então a gente é técnico, a gente tem norma. A gente tem procedimento, a gente quer fazer o melhor e vai fazer o melhor para a população, porque se não existe essa sinergia não vai andar e a Pedreira precisa, ela tem essa rigidez locacional. A pedra está aí, eu não consigo sair daí, a gente mostrou o mapa geológico, está ali a pedra, não tem para onde ir. E a região metropolitana de Campinas precisa escoar essa produção, que nem eu falei para vocês, um anda com outro. É progresso. A gente precisa progredir. Como também? Ambientalmente nas normas ESG, cadê o — 02:54:12 isso. Falou disso, importante? É importante, vamos melhorar nesses pontos. O que que a gente pode melhorar? Vamos ouvir a população como a gente sempre ouviu, está bom. Eu quero passar a palavra para o pessoal que vai começar administrar, o Felipe, ele vai falar rapidinho alguns pontos que ele levantou e agradeço e me predisponho a conversar com qualquer um, tá bom? Obrigado. E por ventura, desculpe se a operação deu errado, mas a gente tá aqui para melhorar e aprender, e vai melhorar, isso é um compromisso nosso, entendeu? O mundo não aceita mais uma extração dessa... Desculpa, eu não ouvi.

02:54:50 Anselmo Guimarães: É, eu vou pedir então... Muito obrigado, primeiro lugar, ao Fábio, pela participação. Obviamente que ele está se prontificando aqui, fica aqui o registro, pelo que a mesa entendeu, ele está se prontificando aqui como representante do empreendedor a fazer os diálogos bilaterais aqui com os representantes e responsáveis. Agora o Felipe Milioni para fazer uso da palavra pela Multiambiente. É isso?

02:55:12 Felipe Milioni: Na verdade, não pela Multiambiente. Boa noite, boa tarde, pessoal, meu nome é Felipe. Eu sou representante da empresa que hoje está arrendando a operação da Pedreira. A gente tem três concessões de lavras, então a gente não está diretamente envolvido nessa parte da ampliação, porque é uma outra concessão de lavra. A gente está com as outras duas, onde tem efetivamente a cava hoje. Então eu queria me apresentar para todos. Eu já venho mantendo algum contato com a Câmara de Vereadores, e já fui em uma outra oportunidade conversar com eles a respeito da Pedreira e dos impactos, principalmente da parte de vibração e de ruído. Na época, inclusive, o vereador Ton estava também, me questionou bastante a respeito e fizemos um trabalho bastante legal com o pessoal do CREA, aqui de Jaguariúna, instalamos sismógrafos no condomínio próximo, lá as pessoas acompanharam como é o processo de desmonte, o processo de medição. Enfim, eu estou me predispondo aqui a deixar aberto esse canal da mineração, da operação hoje atual. Se a gente ainda tem algum problema, é para vocês passarem para a gente, principalmente para mim. Deixo meu contato no final aqui com todos. E o nosso Grupo, a Extramix, tem várias Pedreiras, e em todas a gente sempre preza pelo bom relacionamento com o entorno. Eu acho que hoje a questão do selo social que a gente fala, ele é bastante importante, a gente leva isso muito a sério. Então, eu quero já deixar de antemão aqui que a gente já anotou, tenho uma série de anotações aqui que vocês colocaram. Eu não sei dizer até onde é do passado ou do presente, mas a partir do momento que a gente está lá hoje, operando também, eu me sinto responsável por isso. Então, é basicamente isso, tranquilizar vocês hoje que qualquer problema com a operação atual a gente vai estar predisposto a resolver com quem quer que seja, está bom? Obrigado.

02:57:08 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Felipe. Então, agora eu vou convidar o Régis Silvestre para fazer uso da palavra. Então, nós temos aqui 19 minutos ainda. Por favor, Régis.

02:57:26 Régis Silvestre: Bom, acho que fazer algumas considerações gerais porque foram muitos pontos que foram abordados. Mas acho que, principalmente, dizer que nada que é feito nesse empreendimento específico, ele não é acompanhado pela Cetesb, a gente tem agência regional e faz o acompanhamento constante. Então, o que eu posso dizer é que hoje as licenças da Pedreira são válidas. Tinham sido assinados dois Termos de Compromisso para plantio de áreas. Esses processos já foram encerrados, Termo de Reserva Legal cumprido. Outras questões que já foram levantadas, inclusive para o Ministério Público, com relação à vibração. Então a própria Cetesb, com base nessas reclamações formais, foram fazer medições também em campo, verificando os padrões e como eram feitas, então eu estou querendo dizer que todo o processo de licenciamento, aqui a gente está falando de uma ampliação, mas o empreendimento opera sendo acompanhado a todo momento, essas análises dos postos de águas superficiais são apresentadas constantemente. As licenças são públicas no site da Cetesb, a gente tem lá todas as condicionantes, se a empresa deixa de cumprir qualquer condicionante, isso remete à perda da licença de operação. Então quer dizer que em todos esses anos, podem ter acontecido questões que precisassem

de uma melhoria, mas que isso foi cumprido, porque se não a empresa não estaria trabalhando. E pontos importantes, a gente está falando de uma área, supressão de 4 e 68, porque houve uma redução do processo original, por uma própria exigência da Cetesb, mas de 4.6 hectares, a gente está propondo uma compensação de 23 hectares. Então, existe também uma contrapartida. Outras questões de processo, então, ao longo desse estudo, ele foi feito em 2015, de 2014 a 2016, quando foi protocolado, então, imagina que depois, até mostrei no histórico, cada órgão foi analisando, então a gente teve a manifestação do Comitê de Bacias Hidrográficas na questão de águas subterrâneas e superficiais, 2018. Fundação Florestal em 2020, outros órgãos. Então, assim, desde a apresentação do EIA e do RIMA muita coisa aconteceu no processo. Eu acho que a cópia desse processo a gente tem na Cetesb, talvez isso não esteja aberto, mas todos os estudos, inclusive, um departamento específico da Cetesb, que fica na sede em São Paulo, analisou todas essas questões de vibração e ruído, e tem um laudo específico desse departamento que é especializado nessa questão, falando como é feito o trabalho. Então, o que eu quero posicionar, por exemplo, estudos da questão da pesquisa de percepção, foi feito num raio de 1 km, tem um procedimento, tem um termo para seguir, então a equipe que fez a pesquisa seguiu esse rito. Ela vai, se não tem a pessoa naquele momento ela pula, mas tem um rito, uma estatística a cumprir. Isso foi feito, como eu falei, lá atrás. Então hoje, por exemplo, o loteamento Veneza veio depois, então, claro que esses moradores não foram consultados. Claro que tudo isso que está sendo falado aqui na Audiência Pública vai ser considerado na análise dos órgãos, porque, infelizmente, os ritos de licenciamento não são tão rápidos. E a gente tem um comprometimento de quando faz um estudo ambiental de apresentar as informações verídicas, então esses 37 profissionais envolvidos nesse estudo, cada um de uma área, foi no local, sim, tem os registros e eles têm todas essas informações são verídicas, então cabe, tudo o que foi falado agora, o órgão considerar na sua análise, e acho que é importante falar que tem muita informação, que não é possível a gente falar talvez numa audiência, pela questão de tempo. Mas todos os ritos, tudo que é pedido a empresa cumpriu ao longo do tempo e também na questão operacional. Eu acho que é uma questão de opinião, a gente, na minha parte, a gente tecnicamente apresentou todas as informações. Eu estou representando uma equipe que pontuou em todos os pontos, eu acho que a pesquisa de percepção foi bem resumida aqui, mas toda essa questão de rachaduras e tudo isso foi colocado no EIA, essa informação está lá e não tem nenhuma omissão de informação. Talvez não esteja a estatística de acordo com o que a cidade cresceu ali no entorno próximo, hoje, pelo tempo, mas essa informação já está lá, e é representativa, isso tem que ser analisado. Então tecnicamente falando, eu posso afirmar para vocês que todos os estudos feitos no passado e que foram feitos ao longo de todo o tempo e exigidos por todos os órgãos, que já analisaram esse pedido, que é um pedido de licença para verificar viabilidade ambiental, eles estão... Nós estamos atendendo tudo, então todas essas informações a gente tem no processo da Cetesb. Por último, acho que a gente fala em expansão e expansão, eu comentei isso, eu acho que é uma questão importante. É o melhor aproveitamento de um recurso mineral, que é um recurso de todos também. O recurso mineral, assim como recursos como a água, como os outros recursos, são nossos como pessoas e a gente, quando faz esse tipo de projeto, a gente pensa: é possível compatibilizar as diferentes atividades? Por exemplo, uma Pedreira não mexe com produto químico. Às vezes eu tenho uma indústria química que tem odor, tem uma outra indústria, com outra atividade, mas todas as atividades têm a sua importância para a vida das pessoas. Então a gente tem que considerar o que pesa, o que precisa ser resolvido, ou que pode ser melhorado e

o que é melhor para todos. Eu acho que finalizo dessa forma e me coloco também à disposição para tirar outras dúvidas mais específicas por uma questão de tempo aqui. Obrigado.

03:05:00 Anselmo Guimarães: Obrigado, Régis, pela participação. Agora gostaria de chamar o representante da Cetesb, o gerente Fábio Deodato, para fazer suas considerações finais, por favor.

03:05:12 Fábio Deodato: Obrigado, Anselmo. Só vou começar aqui direto com a pergunta que foi feita sobre o processo, sobre a consulta, a situação do processo, antes que eu esqueça. Esse processo é antigo, então ele é um processo físico, o processo é público, todo mundo pode consultar, mas por ser um processo físico é necessário solicitar vistas ao processo, e ir até São Paulo, se deslocar até São Paulo e consultar o processo. Atualmente, essa é a única maneira de consultar o andamento do processo e a situação dele. Ele é um processo físico. Hoje em dia, todos os processos de EIA, as RAPs, enfim, todos os processos de licenciamento são digitais. Então, é mais fácil se alguém quiser dar vistas ao processo, é só pedir por protocolo e libera o acesso ao processo digital, em casa vocês mesmos conseguiriam consultar. Esse, como é um processo antigo, o processo é 329 de 2013, então se alguém tiver interesse atualmente em consultá-lo, é necessário pedir vistas ao nosso protocolo e ir até São Paulo para olhar realmente o que está acontecendo. A gente, tendo em vista a Audiência hoje, as contribuições, as reclamações, enfim, tudo que foi posto nessa Audiência aqui, a gente vai avaliar a possibilidade de digitalizar esse processo também para facilitar a consulta. Alguns processos físicos mais antigos a gente tem feito isso devido à dificuldade. Temos poucas pessoas para fazer isso, a gente não faz isso para todos os processos físicos, mas tendo em vista a importância desse processo em específico, a gente vai conversar lá internamente e avaliar essa possibilidade de digitalizar esse processo para facilitar a consulta. Aí dá até para saber a situação dele, se foi aprovado, se foi reprovado. Enfim, todos os passos anteriores, se pediu informações complementares ou não. Então, tendo em vista essa Audiência hoje aqui a gente vai conversar internamente lá e avaliar essa possibilidade de digitalizar esse processo. Mas então, por enquanto, atualmente, a única possibilidade de saber a situação, é realmente pedir vistas ao processo físico e ir até São Paulo. Então, se vocês tiverem interesse, anatem, o processo é o 329 de 2013. Então aí precisa... Pode mandar um e-mail para o protocolo lá da CETESB pedindo vistas a esse processo, 329 de 2013. Como o Anselmo bem disse aqui, a Audiência não tem essa função de decidir se aprova ou se reprova o empreendimento, realmente é para colher informações, contribuições, novas informações sobre o empreendimento e a Audiência hoje cumpriu bem seu objetivo. Então, o processo não se encerra aqui, tendo em vista todas as manifestações que foram colocadas aqui e a história que a gente fez no empreendimento hoje, certamente a gente vai solicitar informações complementares ao EIA RIMA, considerando todas as manifestações. A gente vai tentar, o grande desafio é tentar abranger todas essas manifestações que foram aqui nesse pedido de informações complementares que a gente vai fazer. Então, tem um tempo ainda até a gente conseguir decidir pela emissão da licença prévia ou não. O Anselmo tinha comentado, que após a Audiência tem esse prazo de cinco dias úteis para enviar manifestações ao CONSEMA, mas gostaria de ressaltar também que o processo é público a qualquer tempo, qualquer pessoa pode enviar alguma manifestação para a Cetesb, sobre o processo. É importante fazer referência ao número do processo para a gente saber. É importante anotar o processo, 329 de 2013. Se alguém, após esse prazo regimental de cinco dias úteis, se alguém quiser fazer alguma manifestação ou contribuição sobre o processo, é só encaminhar

via correspondência para a sede da CETESB lá em São Paulo, fazendo referência a esse número de processos. Muito obrigado, então, pela presença de todos, e por todas as manifestações e contribuições hoje aqui na Audiência, elas serão consideradas sim pela nossa equipe na análise que a gente ainda vai fazer do EIA daqui para frente, está bom? Boa noite.

03:10:02 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Fábio Deodato pela participação. Queria cumprimentar também os integrantes da equipe técnica da Cetesb que estão ali sentados também, que foram fazer uma vistoria em campo hoje. Muito obrigado. Eles estão aqui e hoje mesmo os que estavam no campo. Obrigado. Bom com isso, agradecer ao excelente período de trabalho que nós tivemos hoje, pacífico, democrático e organizado. Parabéns pela participação. Foram levantados excelentes pontos aqui e com certeza vão enriquecer muito o processo e a decisão final, obviamente. Então com isso, cumprimentando a todos e a todas, declaro encerrados os trabalhos. Desejo uma ótima noite. Obrigado.